

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
Relatório de Gestão do Exercício de 2011

**Março/2012**



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Brasília, março de 2012



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial  
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
APEX – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos.  
APL – Arranjos Produtivos Locais  
ATS – Agenda Tecnológica Setorial  
BACEN – Banco Central do Brasil  
BIM – *Building Information Modelling*  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Industrial  
CDO – Certificado de Disponibilidade Orçamentária  
CGRL – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos  
CNAE – Cadastro Nacional de Atividade Econômica.  
CPROD – Consulta de Processos e Documentos  
DEB – Design Excellence Brazil  
DOU – Diário Oficial da União  
FAB – Força Aérea Brasileira  
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos  
FONSEIC – Fórum Nacional de Secretários de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
GAP- Gestão e Administração do Programa  
GTApI- Grupo de Trabalho de Arranjos Produtivos Locais  
HPPC – Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos  
IBCT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IEL – Instituto Euvaldo Lodi  
IES – Instituições de Ensino Superior  
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.  
MF – Ministério da Fazenda  
MinC – Ministério da Cultura  
MPes – Micro e Pequenas Empresas.  
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
MPU – Ministério Público da União.  
MRE – Ministério das Relações Exteriores  
NE – Nota de Empenho  
OB – Ordem Bancária  
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

PAC – Programa de Aceleração  
PACTI – Plano de Ação para Ciência e Tecnologia e Inovação  
PBD – Programa Brasileiro Design  
PBM- Plano Brasil Maior  
PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo  
PEIEX – Projeto Extensão Industrial Exportadora  
PIB – Produto Interno Bruto  
PM – Prefeitura Municipal  
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos  
PPA- Planejamento Plurianual  
PPB – Processo Produtivo Básico  
PSI – Programa Sustentação do Investimento  
PTRES – Plano de Trabalho Resumido  
RAP – Restos a Pagar  
REIQ – Regime Especial para a Indústria Química  
RENAI – Rede Nacional de Informação sobre Investimentos  
REPEG – Regime Especial de Petróleo e Gás  
REPETRO - Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de bens destinados à exploração e à produção de petróleo e gás natural.  
REPNBL – Regime Especial Programa Nacional de Banda Larga  
REPORTO - Revisão Regime de Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária  
Retaero – Regime Especial para Indústria Aeronáutica Brasileira  
RETID - Regime Especial Tributário para Indústria de Defesa  
RFB – Receita Federal do Brasil.  
RH – Recursos Humanos  
RICINO - Rede de Inovação para a Competitividade da Indústria Naval e Offshore  
SCS – Secretaria de Comércio e Serviços.  
SDP – Secretaria do Desenvolvimento da Produção  
SE – Secretaria Executiva  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.  
SECEX- Secretaria de Comércio Exterior  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SEPIN – Secretaria de Política de Informática  
SETDE – Serviço de Treinamento e Desenvolvimento  
SGT 7 – Subgrupo de Trabalho 7 – Indústria  
SI – Secretaria de Inovação  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais.  
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse.  
SIGPlan – Sistema de Gestão de Planejamento  
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo federal.  
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação  
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão  
TCU – Tribunal de Contas da União.  
TI – Tecnologia da Informação.  
UGO – Unidade Gestora Orçamentária  
UGR – Unidade Gestora Responsável



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.**

**Quadros**

A.1.1	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	12
A.2.1	Demonstrativo da Execução do Programa 0812	23
A.2.1.1	Execução Orçamentária – Ação 2272	26
A.2.1.1.1	Execução Física e Financeira – Ação 2272	26
A.2.1.2	Execução Orçamentária – Ação 2505	27
A.2.1.2.1	Execução Física e Financeira- Ação 2505	27
A.2.1.3	Execução Orçamentária – Ação 2768	28
A.2.1.3.1	Execução Física e Financeira – Ação 2768	28
A.2.1.4	Execução Orçamentária – Ação 8922	28
A.2.1.4.1	Execução Física e Financeira – Ação 8922	28
A.2.1.5	Execução Orçamentária – Ação 2374	29
A.2.1.5.1	Execução Física e Financeira – Ação 2374	29
A.2.1.6	Execução Orçamentária – Ação 2B14	35
A.2.1.6.1	Execução Física e Financeira – Ação 2B14	35
A.2.1.7	Execução Orçamentária – Ação 6659	36
A.2.1.7.1	Execução Física e Financeira – Ação 6659	36
A.2.1.8	Execução Orçamentária – Ação 2692	36
A.2.1.8.1	Execução Física e Financeira – Ação 2692	36
A.2.1.8.2	Principais Resultados – Ação 2692	37
A.2.1.9	Execução Orçamentária – Ação 6672	37
A.2.1.9.1	Execução Física e Financeira – Ação 6672	38
A.2.1.9.2	Totalização – Orçamentário(Previsto e Executado) do Programa 0812	39
A.2.2	Execução Física das Ações Realizadas	39



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

A.2.8	Despesa por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários	43
A.2.9	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	44
A.2.10	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	45
A.4.1	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	50
A.5.1	Força de Trabalho da UJ	52
A.5.2	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da UJ	53
A.5.3	Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Função Gratificada	54
A.5.4	Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária	54
A.5.5	Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade	55
A.5.8	Composição do Quadro de Estagiários	55
A.6.1	Caracterização de Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de Referência	57
A.6.2	Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	61
A.6.3	Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2012 e exercícios seguintes	61
A.6.4	Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e Contrato de Repasse	62
A.6.5	Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse	63
A.9.1	Estrutura de Controles Internos da UJ	67
A.10.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	68
A.12.1	Gestão da Tecnologia da Informação da UJ	70
A.14.1	Renúncia Tributária sob a Gestão da UJ	72
A.14.2	Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	73
A.14.4	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia- Pessoa Jurídica	73



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

	<b><u>Figuras</u></b>	
	Organograma Funcional	15
	<b><u>Gráficos</u></b>	
	Gráfico 1- Investimento- Crescimento da Formação de Capital	25
	Gráfico 2- Produção Industrial	26





**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**SUMÁRIO**

1	IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO	12
2	INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	13
2.1	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	13
2.2	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	20
2.3	PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA SDP	22
2.3.1	EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA SDP	23
2.3.2	EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES	39
2.4	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	42
2.4.1	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	42
2.4.2	PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	42
2.4.3	PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL	42
2.4.4	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	43
2.4.4.1	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS	43
2.4.5	DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	46
2.4.6	DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITO RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	46
2.4.7	INDICADORES INSTITUCIONAIS	46
3	INFORMAÇÕES SOBRE PASSIVOS	47
3.1	ANÁLISE CRÍTICA	47
4	INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RAP DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50
4.1	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RAP DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50
4.2	ANÁLISE CRÍTICA	50



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

5	INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS	52
5.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	52
5.1.1	DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE	52
5.1.2	SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA	53
5.1.3	QUANTIFICAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS	54
5.1.4	QUANTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL SEGUNDO A IDADE	54
5.1.5	QUANTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE	55
5.2	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	56
5.3	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	56
5.4	DEMONSTRAÇÃO DE CUSTOS DE PESSOAL	56
5.5	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA	56
5.6.	INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	56
6	INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO	57
6.1	INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO	57
6.1.1	RELAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2011	57
6.1.2	QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	61
6.1.3	INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE VIGERÃO NO EXERCÍCIO DE 2012 E SEGUINTE	61
6.2	INFORMAÇÕES SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE	62



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

6.2.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE	63
6.3	ANÁLISE CRÍTICA	64
7	DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SIASG E SICONV	66
8	INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	67
9	INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA SDP	67
9.1	ESTRUTURA DOS CONTROLES INTERNOS DA SDP	67
10	INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TI E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A IN Nº 01/2010 E A PORTARIA Nº 02/2010, AMBAS DA SLTI-MPOG E AS INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 5.940/2006	68
10.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	68
11	INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO E TERCEIROS	70
12	INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- TI	70
12.1	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	70
13	INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS NºS 53.55/2005 E 6.370/2008.	71
14	INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	72
14.1	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA SDP	72



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

14.2	VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA	73
14.3	CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA - PESSOAS JURÍDICA E FÍSICA	73
14.4	BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA TRIBUTÁRIA – PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA	74
14.5	PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS FINANCIADOS COM CONTRAPARTIDA DE RENÚNCIA DE RECEITA TRIBUTÁRIA	74
14.6	PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS	74
14.7	COMUNICAÇÕES À RFB	74
14.8	INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS	74
14.9	DECLARAÇÃO DO GESTOR	75
14.10	FISCALIZAÇÃO REALIZADAS PELA RFB	76
15	INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE JURISDICIONADA SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO.	76
16	INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO	76
17	DECLARAÇÃO DO CONTADOR	77



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

## 1. IDENTIFICAÇÃO

Quadro A.1.1 – Identificação da SDP – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior			Código SIORG: 3162
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria do Desenvolvimento da Produção			
Denominação abreviada: SDP			
Código SIORG: 3213	Código LOA: 28101	Código SIAFI: 280109	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral - Indústria -22			Código CNAE: 7511-6
Telefones/Fax de contato:	(61) 2027-7070	(61) 2027-7046	(61) 2027-7060
Endereço eletrônico: sdp@mdic.gov.br			
Página da Internet: <a href="http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=2">http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=2</a>			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", Sala 500 - Brasília, DF, CEP: 70053-900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, publicada no DOU de 29 de maio de 2003. Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010 (publicado no DOU de 05/02/2010).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
1. Portaria/MDIC nº 117, de 17/6/2009, publicada no DOU- Seção I, de 18/6/2009, que estabelece critérios para celebração, aprovação e execução de convênios e contratos de repasse, com aplicação de recursos orçamentários das Ações 2374 e 109C, do Programa 0419, sob a responsabilidade do MDIC. 2. Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001 e Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 177, de 18.10.2002 que tratam dos procedimentos administrativos ao Processo Produtivo Básico – PPB.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Relatório semestral de Anúncio de Projetos de Investimentos, publicado no Site do MDIC, endereço eletrônico: <a href="http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/conteudo/index/item/34">www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/conteudo/index/item/34</a>			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
280109	Secretaria do Desenvolvimento da Produção		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI			
00001			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
280101		Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	
280104		Coordenação-Geral de Recursos Humanos	



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

**2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS**

**I - Competência Institucional**

O Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos e comissão e das funções gratificadas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior estabelecendo as competências do órgão. Dentre essas compete à SDP:

**Seção II**

**Dos Órgãos Específicos Singulares**

Art. 10. À Secretaria do Desenvolvimento da Produção compete:

- I - formular e propor políticas públicas para o desenvolvimento da produção do setor industrial;
- II - identificar e consolidar demandas que visem ao desenvolvimento da produção do setor industrial;
- III - estruturar ações que promovam o incremento da produção de bens no País e o desenvolvimento dos segmentos produtivos;
- IV - formular, coordenar, acompanhar e avaliar, no âmbito da competência do Ministério, as ações que afetem o desenvolvimento da produção do setor industrial;
- V - manter articulação com órgãos e entidades públicas e instituições privadas, visando ao permanente aperfeiçoamento das ações governamentais, em relação ao desenvolvimento do setor produtivo;
- VI - buscar a simplificação da legislação aplicada à atividade produtiva;
- VII - viabilizar ações junto às secretarias estaduais e aos representantes de organismos regionais de desenvolvimento e de outros órgãos públicos ou privados com atribuições nesta matéria, visando a elaboração e implementação de ações de política de desenvolvimento da produção regional;
- VIII - incentivar práticas de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável no setor industrial;
- IX - articular esforços para o aproveitamento dos ativos ecológicos do País;



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

X - executar e acompanhar os projetos e as ações voltadas para o aumento da competitividade das cadeias produtivas, articulando, para tanto, a participação do governo, do setor privado e dos trabalhadores;

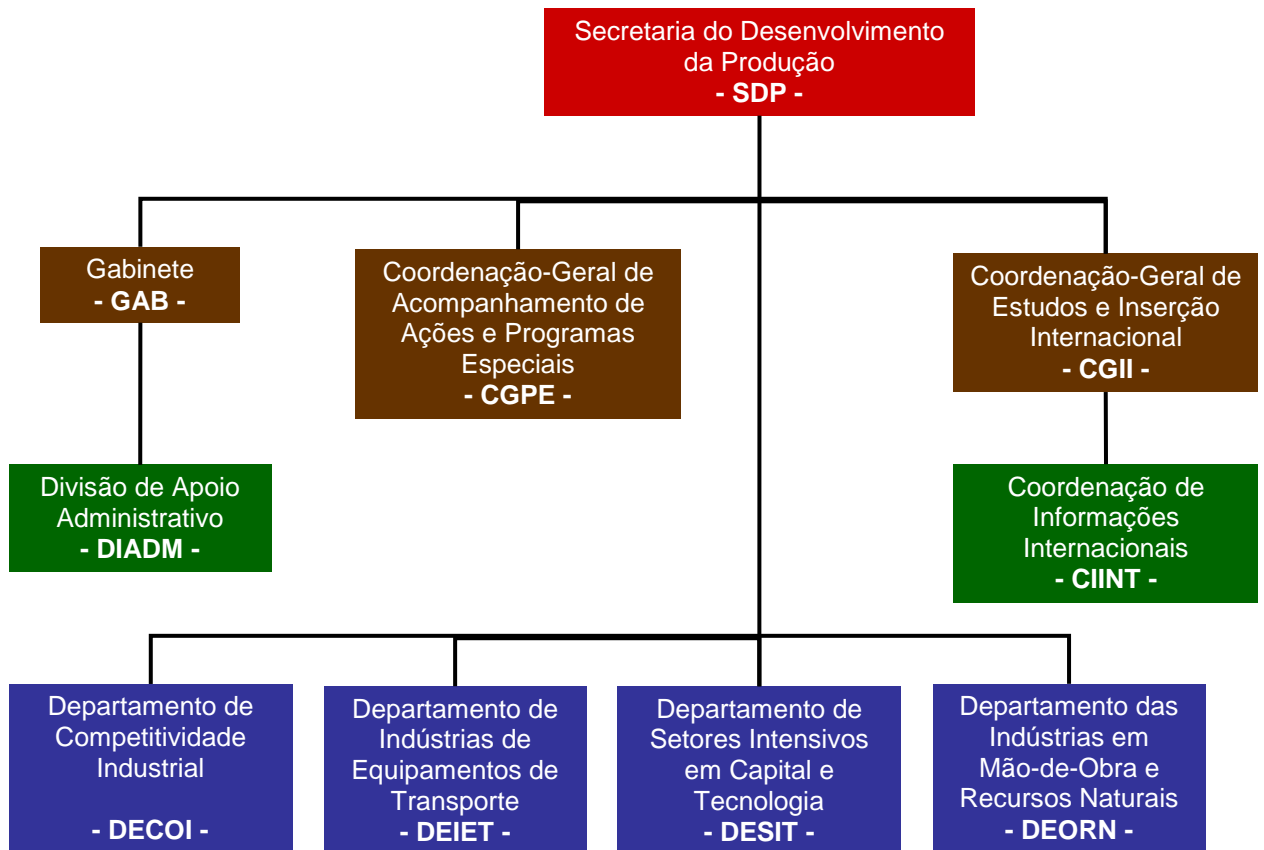
XI - apoiar e acompanhar as negociações internacionais referentes aos setores produtivos do País; e

XII - identificar, divulgar e estimular a difusão de experiências exemplares de promoção de desenvolvimento da produção regional, incluindo programas e projetos de investimento, realizados nos níveis local e estadual.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

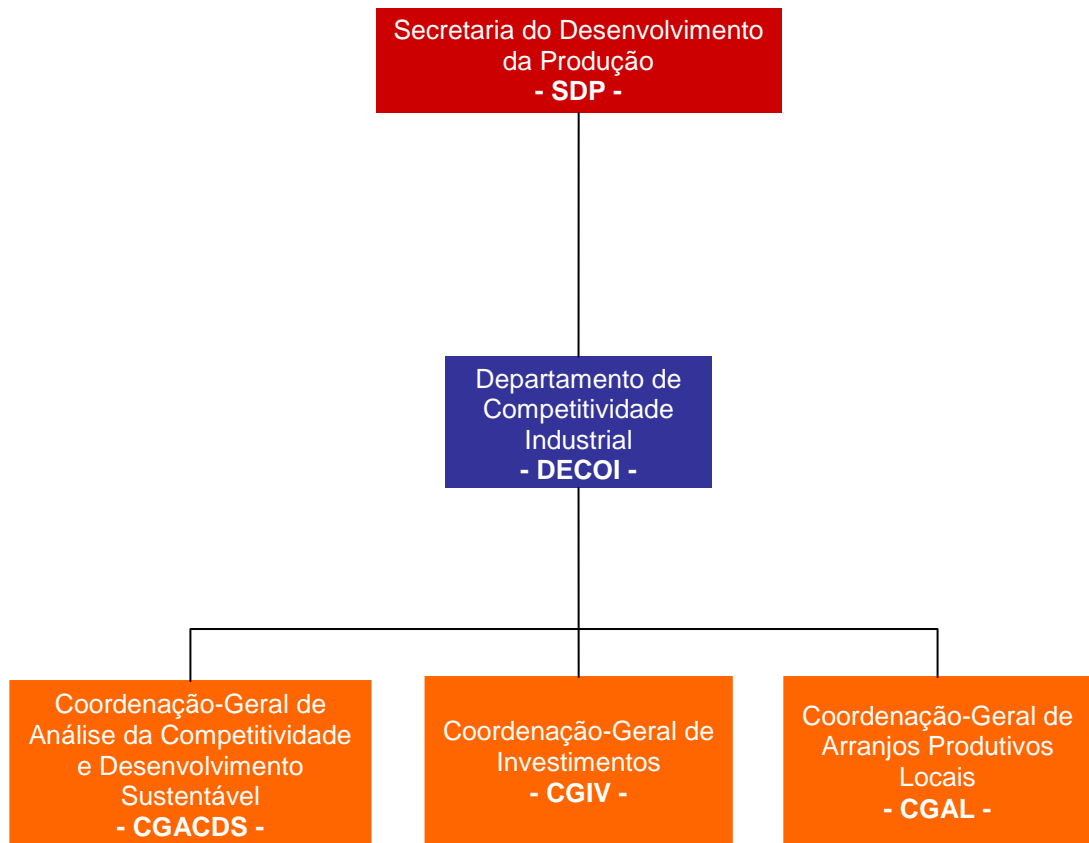
**ORGANOGRAMA FUNCIONAL**





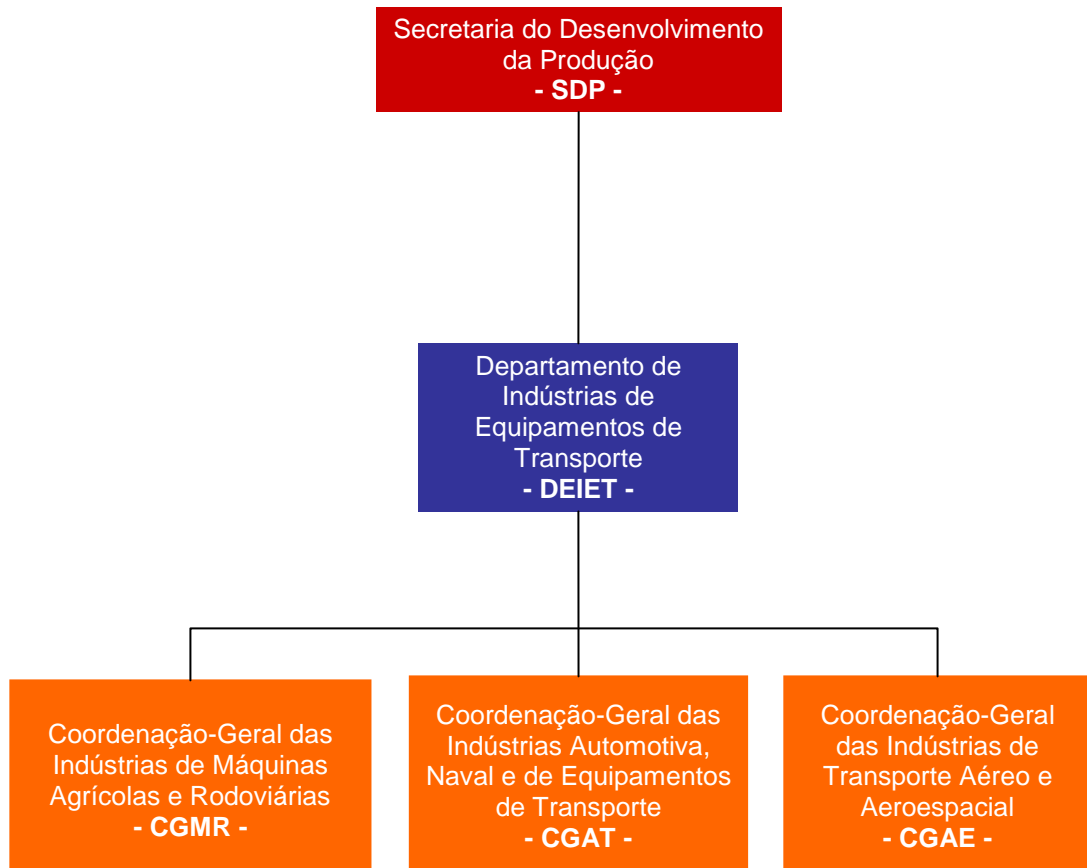


**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**



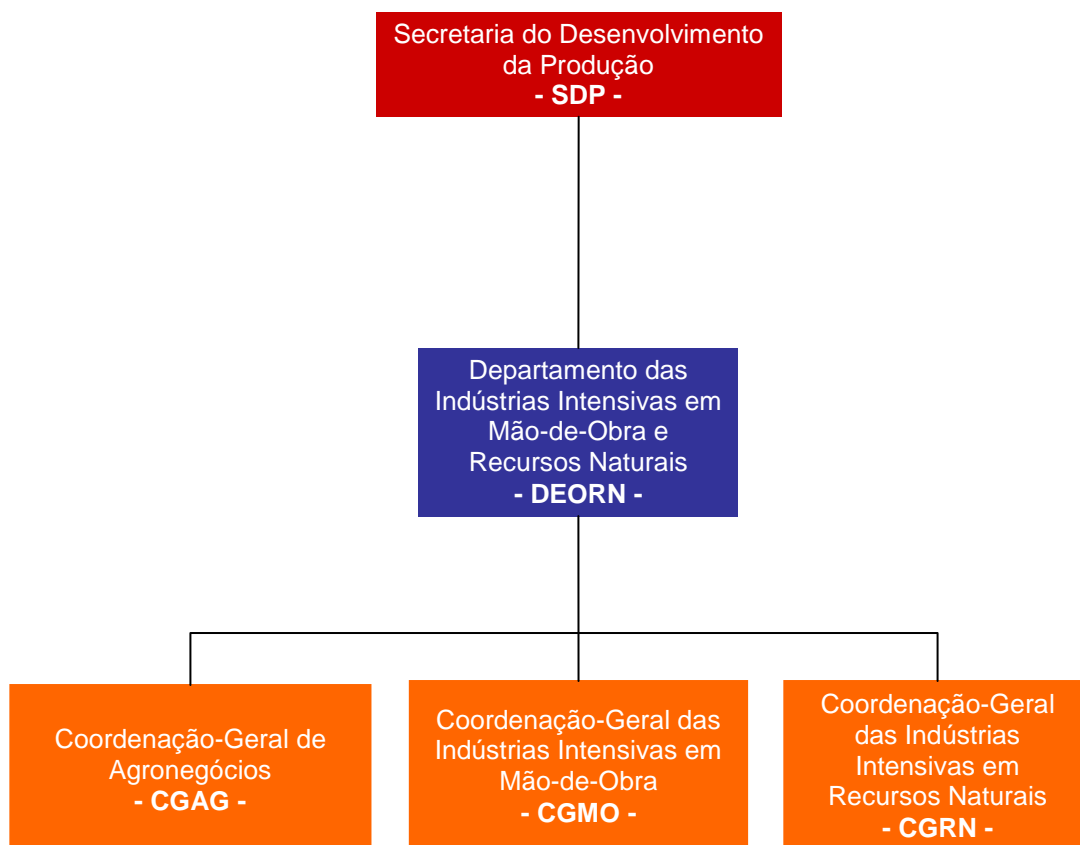


**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**



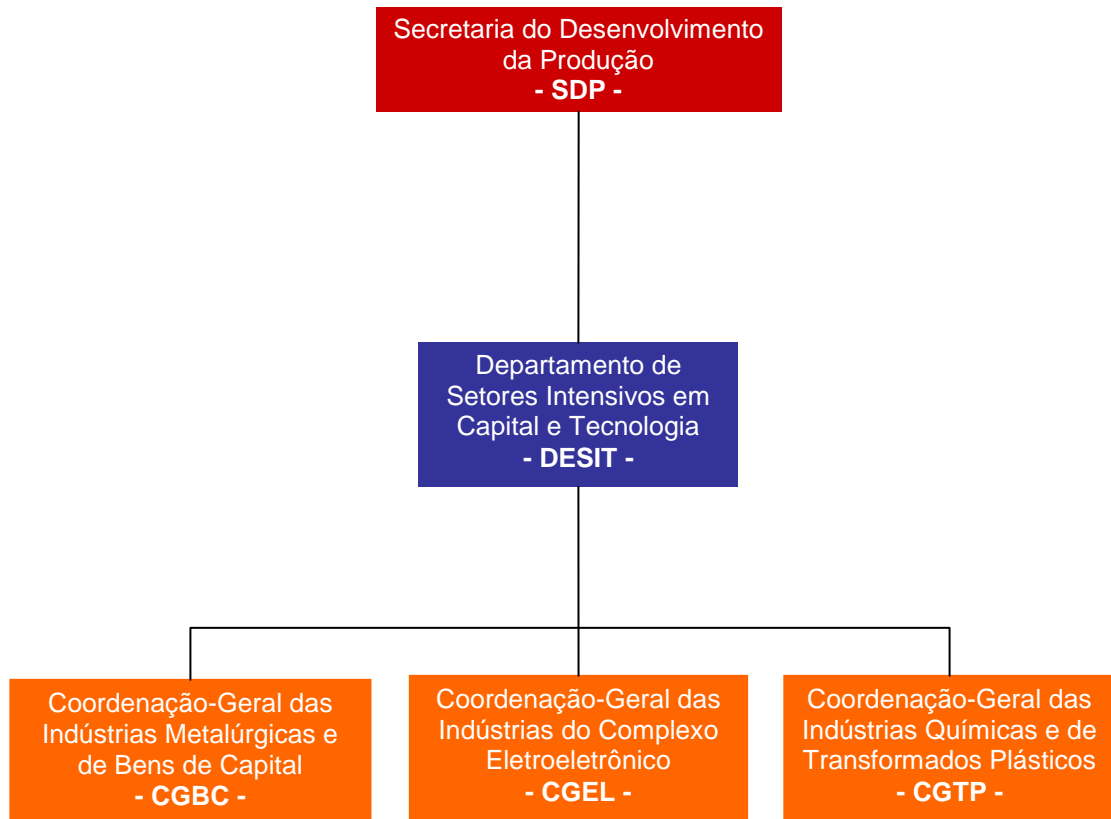


**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**





**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**





## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

### II – Objetivos Estratégicos

A atuação da Secretaria está centrada na coordenação dos programas voltados ao fortalecimento do setor produtivo, que contribua para o efetivo crescimento econômico do País, com geração de emprego, ocupação e renda; fomento ao desenvolvimento e à desconcentração regional da produção; capacitação tecnológica das empresas; aumento do número de empresas exportadoras e maior agregação de valor nos produtos exportados, entre outros.

Para isso, seu maior instrumento são as medidas estabelecidas na Política Industrial, nominada Plano Brasil Maior, que tem o objetivo de promover a competitividade de longo prazo da economia brasileira, consolidando a confiança na capacidade de crescer, com uma maior integração dos instrumentos de política existentes, fortalecimento da coordenação entre instituições de governo e aprofundamento da articulação com o setor privado.

A Coordenação do Ciclo de Gestão do Plano Brasil Maior, a Gestão da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais e a Melhoria na Gestão e Concessão de Incentivos Fiscais, constituem os principais objetivos estratégicos desta Secretaria.

### 2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE AS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

É principalmente no âmbito da Política Industrial, que a Secretaria do Desenvolvimento da Produção focaliza suas ações. Paralelamente, e complementarmente à Política, a Secretaria gerencia o programa 0812 – Competitividade das Cadeias Produtivas, do PPA. Esse programa, embora não tenha a destinação específica para apoiar medidas de política industrial, configura-se como o principal instrumento de apoio financeiro à implementação de ações em prol do desenvolvimento das cadeias produtivas.

O programa conta com recursos financeiros significativos, na sua quase totalidade distribuídos em ações **não-orçamentárias**, destinadas a financiamentos voltados ao desenvolvimento industrial, coordenadas e conduzidas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Banco do Brasil S.A.

Lançada em maio de 2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) se fundamentou no aprendizado e nas conquistas da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que vigorou de 2004 a 2007. O modelo de operação da Política foi focado nas áreas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), Biotecnologia, Nanotecnologia, Complexos de Defesa e de Saúde e Energia Nuclear e, também, em áreas de “destaques estratégicos”, como Micro e Pequenas Empresas, Exportações, Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Limpo e Integração com a América Latina e Caribe e com a África. Em meados de 2008, houve o



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

agravamento da crise financeira americana, com ressonância forte em diversos países, inclusive no Brasil, razão pela qual foi necessário reformular o plano de ação da Secretaria e promover adaptações nos trabalhos da PDP. A Política passou então a ser um instrumento de manutenção da capacidade de crescimento e sustentação da economia brasileira no contexto da crise financeira.

Apesar dos avanços galgados pela PITCE, no final do período de implementação da PDP, havia consenso no governo e no setor produtivo de que o crescimento de longo prazo da economia brasileira exigia conferir maior envergadura à Política Industrial brasileira, mediante ampliação da abrangência, aprofundamento das ações e consolidação da capacidade de desenhar, implementar e avaliar políticas públicas.

No que diz respeito à gestão da política industrial, o ano de 2011 foi marcado por uma abrangente redefinição de suas diretrizes, escopo e objetivos, condicionada tanto pela renovação do Governo como pela reaceleração de influências negativas externas, contrariamente ao cenário dominante em 2010. Dessa forma, a SDP de um lado trabalhou de forma inercial sobre as ações herdadas do PPA 2007-11 e da PDP (Política de Desenvolvimento Produtivo). Essas ações tiveram que ser estendidas durante a grande parte do primeiro semestre. Ao mesmo tempo, a Secretaria integrou-se intensivamente ao núcleo de formulação da nova política industrial, o PBM (Plano Brasil Maior), em relação a seus diversos aspectos, tais como a definição de objetivos e de metas quantitativas, a divisão de setores pelo tipo de prioridade para elevação de sua competitividade e a construção de um novo sistema de gestão, capaz de integrar mais explicitamente outros órgãos com atuação relevante vis-à-vis esses objetivos e de interagir com um mínimo de sobreposição e conflito relativamente a outras políticas nacionais.

Para enfrentar esse desafio, o governo federal lançou, em 2011, o Plano Brasil Maior (PBM). A partir de meados de 2011, e sobretudo após o anúncio do PBM – instituído pelos Decretos 7.540, 7.541 e 7.542, de 2 de agosto – o esforço da SDP passou a ser canalizado para a instalação da extensa estrutura de governança desse plano, que congrega 27 instâncias de base das quais participam mais de 20 secretarias diferentes, de mais de 8 ministérios, além do BNDES, ABDI, ApexBrasil, Sebrae, Senai e Inmetro. Relacionado ao PBM e as suas diretrizes, mas amiúde em consonância com suas atribuições regimentais, a SDP teve papel proeminente na elaboração e na negociação com outros órgãos, de regimes tributários setoriais especiais. Cabe entre estes destacar o Novo Regime Automotivo (lei 12.546, de 14/11/2011 e Decreto 7567), o Regime Especial para a Indústria de Defesa (RETID, MP 544, de 29/9/11), o Reporto, o REPNBL, bem como a revisão e criação de outros regimes especiais.

O MDIC constituiu um sistema de acompanhamento e monitoramento dessas medidas, buscando aferir seus efeitos e custos. As medidas adicionais que se incorporarão ao PBM a partir do início do efetivo funcionamento dos Comitês Executivos, Coordenações Sistêmicas e Conselhos Setoriais, cuja instalação só se completará em 2012, terão de ser adequadas aos objetivos e metas estratégicas do PBM, para que seja possível existir monitoramento e avaliação rigorosos e céleres de todos os trabalhos do PBM.

Embora muitas das medidas já anunciadas contribuam para o alcance das metas do PBM, espera-se que ao longo de 2012 ações ainda mais incisivas sejam implementadas, à medida que os Conselhos de Competitividade Setorial e as Coordenações Sistêmicas do PBM estejam em pleno funcionamento e que as Agendas Setoriais e Sistêmicas comecem a ser apresentadas à consideração



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Em particular, aguarda-se a sugestão de medidas diversas para setores capazes de gerar resultados em termos de aumento do conteúdo local e do esforço tecnológico como contrapartida da desoneração e de estímulos creditícios e financeiros novos a serem concedidos.

**2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA SDP**

**Programa: Competitividade das Cadeias Produtivas (código 0812)**

<b>AÇÕES</b>	<b>CÓDIGO DA AÇÃO</b>
Gestão e Administração do Programa	2272
Inserção do Design em Setores Produtivos	2505
Fortalecimento das Cadeias Produtivas	2768
Fomento à Ecoeficiência nas Cadeias Produtivas do Setor Industrial	8922

<b>AÇÕES DO PROGRAMA 0812 - executadas sob a responsabilidade de outros órgãos</b>	<b>CÓDIGO DA AÇÃO</b>
Apoio à Ampliação da Capacidade de Oferta de Bens e Serviços (BNDES)	90BV
Apoio aos Setores de Insumos Básicos (BNDES)	9852
Financiamento a Aquisição de Máquinas e Equipamentos (BNDES)	90BX
Financiamento a Pequenos Projetos de Investimento (BNDES)	90BW
Financiamentos de Investimentos Empresariais (Banco do Brasil S.A)	9725
Prospecção Tecnológica em Cadeias Produtivas (Secretaria de Inovação/MDIC)	6512

<b>AÇÕES de responsabilidade da SDP que integram Programas de outras Secretarias do Ministério e outros Órgãos do governo</b>	<b>DENOMINAÇÃO DO PROGRAMA/CÓDIGO</b>	<b>ÓRGÃO/UNIDADE RESPONSÁVEL</b>	<b>CÓDIGO DA AÇÃO</b>
Fomento à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas	Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte(0419)	Secretaria de Comércio e Serviços/MDIC	2374
Extensão Industrial Exportadora das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte	Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte(0419)	Secretaria de Comércio e Serviços/MDIC	6659
Pesquisa de Mercado para Arranjos Produtivos Locais	Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte(0419)	Secretaria de Comércio e Serviços/MDIC	2B14
Fiscalização de Processo Produtivo Básico-PPB para bens de informática	Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços	Secretaria Executiva do MDIC	2692
Fortalecimento da Imagem do Produto Brasileiro no Mercado Internacional	Promoção das Exportações	Ministério das Relações Exteriores/MRE	6672



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**2.3.1 – EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA SDP**

*Quadro A.2.1-Demonstrativo da Execução do Programa 0812*

<b>Identificação do Programa de Governo</b>						
<b>Código no PPA:</b> 0812		<b>Denominação:</b> Competitividade das Cadeias Produtivas				
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico						
<b>Objetivo Geral:</b> Elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País, com ações voltadas para o incremento das exportações e dos investimentos vinculados ao aumento da competitividade, e à substituição de importações, promovendo a competitividade das cadeias produtivas do País, com especial ênfase às cadeias relacionadas aos setores considerados prioritários pela PDP, objetivando melhor aproveitamento das potencialidades produtivas e setoriais; geração de emprego e renda; redução das desigualdades sociais e regionais e fortalecimento dos pólos produtivos regionais.						
<b>Objetivos Específicos:</b>						
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover ações voltadas ao planejamento, coordenação, implementação e avaliação de políticas públicas referentes à competitividade do setor industrial;</li> <li>• Identificar, divulgar e acompanhar o desenvolvimento, a manutenção e a promoção de projetos e oportunidades de investimentos no setor produtivo;</li> <li>• Dar suporte à implementação da PDP;</li> <li>• Articular com as entidades públicas e privadas para formular políticas públicas voltadas ao aumento da competitividade do setor produtivo brasileiro, especialmente nas áreas da qualidade, produtividade, desenvolvimento de fornecedores e de redes de empresas, design, desenvolvimento limpo, reciclagem de materiais e de redução na geração de resíduos, estimulando ações de ecoeficiência e responsabilidade social nas empresas do setor produtivo;</li> <li>• Propor políticas e ações para a superação dos entraves à produção e estimular a substituição competitiva de importações nos setores produtivos.</li> </ul>						
<b>Gerente:</b> Heloisa Regina Guimarães de Menezes			<b>Responsável:</b> Marcy Regina Martins Soares			
<b>Público Alvo:</b> Setor industrial produtivo das principais cadeias produtivas						
<b>Informações orçamentárias e financeiras do Programa</b>					<b>Em R\$ 1,00</b>	
<b>Dotação</b>		<b>Despesa Empenhada</b>	<b>Despesa Liquidada</b>	<b>Restos a Pagar não processados</b>	<b>Valores Pagos</b>	
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>					
47.499.997.301	47.499.997.301	5.416.341	104.492.618.574	2.037.490	3.378.851	
<b>OBS:</b> registre-se que o recurso extra orçamentário, gerido pelo BNDES e BB não é empenhado, mas liquidado.						
<b>Informações sobre os resultados alcançados</b>						
<b>Ordem</b>	<b>Indicador (Unidade medida)</b>	<b>Referência</b>			<b>Índice previsto no exercício</b>	<b>Índice atingido no exercício</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice inicial</b>	<b>Índice final</b>		
<b>1</b>	Taxa de Variação Líquida das Exportações do Setor Industrial	20/1/2007	1,88	2,63	2,63	3,53
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
- A/B, onde A = taxa de variação média do valor em dólar das exportações da indústria e B = módulo da taxa de variação média do câmbio do real com o dólar americano. - Cálculo de A: X = total anual de exportações da indústria no ano atual; E = total anual						





## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

### **Análise do Resultado Alcançado**

O indicador de desempenho para o Programa Competitividade das Cadeias Produtivas é a Taxa de Variação Líquida das Exportações do Setor Industrial, e é calculado de forma individualizada para as cadeias produtivas de Siderurgia, Complexo Eletrônico, Automotivo, Aeroespacial, Bens de Capital, Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, Agroquímica, Plásticos, Indústria Farmacêutica, Madeira e Móveis, Gemas e Jóias, Têxtil e Confecções, Couro e Calçados e Construção Civil. Esse cálculo individualizado se deve às especificidades de cada cadeia produtiva.

O que se pretende medir é a competitividade de cada cadeia produtiva, com base no comportamento de sua exportação, buscando extrair o impacto da taxa de variação cambial. É um indicador de efetividade, pois reflete o impacto das ações do Programa no desempenho das exportações, no âmbito de cada cadeia produtiva.

O ano de 2011 foi marcado pela desaceleração do crescimento da indústria de transformação brasileira. As estimativas variaram de crescimento de 0,7 até 1,2% relativamente a 2010, ano em que o crescimento industrial, de 10,1% liderou a expansão do PIB.

Não obstante, a política industrial, tanto por força de medidas adotadas no âmbito da PDP como graças a ações associadas ao PBM de efeito rápido, contribuiu para mitigar os efeitos da crise externa sobre a indústria (por exemplo, evitando uma redução das decisões de investimento) bem como para melhorar alguns aspectos de seu desempenho.

Apesar do cenário de recessão em muitos mercados externos, e da valorização do Real ao longo do ano, as vendas externas de produtos industrializados cresceram significativamente em 2011.

Esse crescimento se situou acima da média mundial e significativamente acima de economias industrializadas como os EUA, a Alemanha e a Austrália, cujos crescimentos foram, respectivamente, de 12, 10 e 3%, contra 19% do Brasil, evidenciando que, apesar das dificuldades e desafios com que se confrontou a política industrial brasileira, indicadores importantes apontam para um ganho de competitividade significativo. Esse resultado afetou diretamente o indicador do programa do PPA 2008-11 – Competitividade das Cadeias Produtivas, sob gerência desta SDP.

Observa-se que, apesar do recrudescimento da crise externa e da valorização do Real frente ao Dólar e a outras moedas relevantes para o comércio exterior brasileiro, sobretudo ao se considerar o câmbio efetivo, o indicador atingiu 3,53% em 2011. Trata-se do melhor desempenho durante o período de vigência desse PPA, superando as taxas de crescimento de 2008 (2,09), 2009 (-4,05) e 2010 (2,12).

No mesmo sentido, a desaceleração do crescimento do PIB, vindo de uma expansão de 7,54% para algo próximo de 3% em 2011, teve parte importante de seu efeito negativo sobre o investimento compensada pelo esforço governamental e pela manutenção de elevado nível de confiança no potencial da economia brasileira. A estimativa do Banco Central para o crescimento da formação de capital (5,1%) permite estimar que como proporção do PIB esta variável tenha atingido quase 20% em 2011 – indicando que está se logrado atingir a meta de 22,4% adotada pelo PBM- Plano Brasil Maior, em 2014.

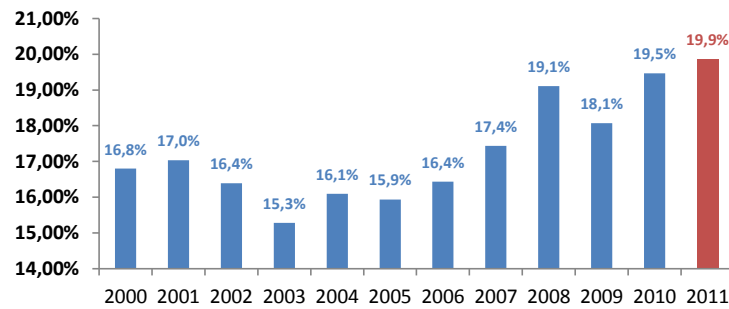


**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**Gráfico 1**

**Investimento como proporção do PIB**

Capital Fixo/PIB %



Fonte: IBGE e Banco

As medidas adotadas ao longo do ano começam a mostrar seus efeitos também sobre a produção industrial total, cujo indicador mais atualizado é a produção física mensal estimada pelo IBGE. O gráfico abaixo sugere, ademais, que essa dinâmica foi significativamente influenciada pela produção de bens de capital, sugerindo uma reaceleração virtuosa da indústria em curso.

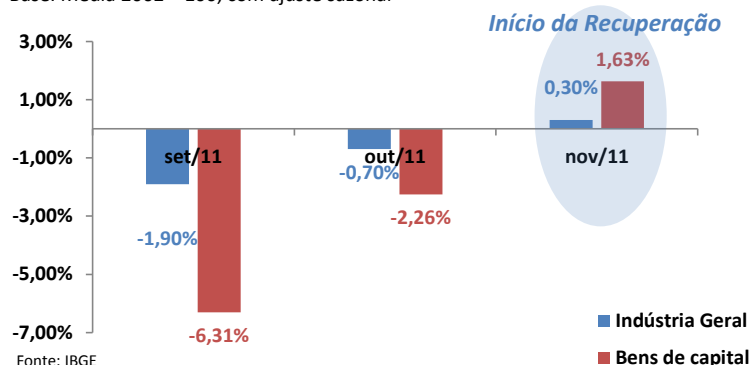


**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**Gráfico 2**

**Índice de Produção Física**

Base: Média 2002 = 100, com ajuste sazonal



Finalmente, mas não de menor importância, cabe observar que a produção industrial tem aumentado a concentração em produtos de maior intensidade tecnológica. Indicadores parciais divulgados pelo IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial apontam para um crescimento muito mais intenso do valor da produção (VTI, no jargão do IBGE), da ordem de 3,8%, de bens de alta intensidade tecnológica, tais como celulares, material eletrônico e aviões. No mesmo período, a produção industrial como um todo cresceu pouco mais de 1%, de forma que, a se confirmar essa tendência no último trimestre do ano, ao longo de 2011 terá aumentado a intensidade tecnológica setorial da indústria brasileira.

No mesmo sentido, de forma complementar, apesar da desaceleração sofrida pela economia em geral, a demanda por recursos públicos para projetos voltados para a inovação tecnológica alcançou a cifra inédita de R\$ 9,1 bilhões. Embora esses recursos sejam operados pela Finep, é evidente que o setor produtivo vem sendo cada vez mais engajado em ganhos de competitividade baseados em inovação e em avanços tecnológicos.

*Quadro A.2.1.1 - Execução Orçamentária – Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa*

Exercício	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2011	922.816	593.747	554.428	554.428

Fonte: SIGPLAN

*Quadro A.2.1.1.1 - Execução Física e Financeira*

AÇÃO	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2272
Produto:		Unid. Medida:	
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Físico			
Financeiro	922.816	554.428	60,08%

Fonte: SIGPLAN

**Nota:**

Não há previsão de meta física para esta ação na LOA.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Além do custeio da representação, os recursos alocados nesta ação apoiaram a estruturação dos projetos em execução e a serem executados, conforme destacamos: Projeto Subsídios e Proposições para a Formulação de uma Política Industrial Sustentável para a Amazônia; Projeto Elaboração de Tipologias de APLS e seus Graus de Estruturação; Estudos Técnicos Especializados para subsidiar a formulação de políticas no âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo, como estímulo ao desenvolvimento tecnológico e sustentável de cadeias produtivas estratégicas.

*Quadro A.2.1.2- Execução Orçamentária – Ação 2505 - Inserção do Design em Setores Produtivos*

Exercício	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2011	400.000	400.000	400.000	400.000

Fonte: SIGPLAN

*Quadro A.2.1.2.1 - Execução Física e Financeira*

AÇÃO	INSERÇÃO DO DESIGN EM SETORES PRODUTIVOS		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2505
Produto:	Iniciativa Implementada	Unid. Medida:	Unidade
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Físico	02	0	0%
Financeiro	400.000	400.000	100%

Fonte: SIGPLAN

**Nota:**

Os recursos desta ação foram destinados à cobertura de 2 convênios, com despesas compartilhadas, conforme especificados:

1) Firmado com a APEX Brasil, visando a realização de estudo para mapeamento de oportunidades de inserção do design nos eventos esportivos prósperos. O Convênio recebeu o nº SIAFI 764822, no valor de R\$ 1.188.000,00, com vigência até 15/11/2012. Trata-se de uma parceria com o Ministério da Cultura, que aportou R\$ 300.000,00 ao orçamento do MDIC, viabilizado por meio de Termo de Cooperação, objeto do processo MDIC 52000.031132/2011-48. Esse projeto tem sua despesa compartilhada, com recursos provenientes da ação 6672- Fortalecimento da Imagem do Produto Brasileiro no Mercado Internacional (PTRES 5834) e 2505-Inserção do Design em Setores Produtivos (PTRES 5822), além de ação do MINC- PTRES 32143. Nessa ação foram empenhados R\$ 135.000,00, mediante a 2011 NE 801534. Já na ação 6672 foram empenhados R\$ 165.000,00 por meio da 2011 NE 801535. No ano de 2011 foram empenhados no total R\$ 600.000,00, estando previsto para 2012 o empenhamento de R\$ 588.000,00. Os recursos de 2011 foram liberados em parcela única, por meio da 2011OB 801080, de 30/12/2011.

2) Firmado com a ABDI, visando a capacitação de multiplicadores/gestores de APLs, no valor de R\$ 688.554,00, com contrapartida de R\$ 95.500,00 da convenente. O Convênio recebeu o nº SIAFI 764832, objeto do processo 52000.4535/2011-12, nº interno 50/2011, com vigência até 30/06/2013. Os recursos foram integralmente liberados em parcela única, mediante a 2011OB 801076, de 30/12/11, tendo sido empenhado o valor de R\$ 265.000,00 nesta ação. Assim, no Convênio SIAFI 764822, firmado com a APEX, referenciado no item anterior, utilizamos R\$ 135.000,00 do orçamento desta ação, que somados aos R\$ 265.000,00 empenhados para cobertura de despesas do Convênio 764832, firmado com a ABDI, temos obtido 100% da execução financeira da ação no exercício.

Considerando que os recursos financeiros foram liberados somente no final do mês de dezembro, impossibilitando o cumprimento da meta física da ação no exercício, o registro da execução física ocorrerá a partir de 2012, quando se espera realizar 100% do programado.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

*Quadro A.2.1.3- Execução Orçamentária – Ação 2768 - Fortalecimento das Cadeias Produtivas*

<b>Exercício</b>	<b>Dotação</b>	<b>Despesas Empenhadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>
2011	9.821.865	3.707.693	1.824.422	1.824.422

Fonte: SIGPLAN

*Quadro A.2.1.3.1 - Execução Física e Financeira*

<b>AÇÃO</b>	<b>FORTELECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS</b>		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2768
Produto:	Plano Elaborado	Unid. Medida:	Unidade
	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)</b>
Físico	139	0	11
Financeiro	9.821.865	1.824.422	18,5%

Fonte: SIGPLAN

**Nota:**

A execução orçamentária desta ação está diretamente relacionada ao limite de empenho autorizado. A dotação de recursos orçamentários desta ação foi de R\$ 3.707.304, com empenhamento de 100% e 49% de execução, considerando o total liquidado e pago; os 51% restantes estão lançados na conta de restos a pagar não processados, a liquidar. Ressalta-se que, a emenda no valor de R\$ 6.214.561 incluída nesta ação não foi liberada, o que justifica a baixa execução financeira(18,5%), ao se considerar o montante do orçamento, ou seja, LOA+Crédito.

*Quadro A.2.1.4- Execução Orçamentária – Ação 8922 - Fomento à Ecoeficiência nas Cadeias Produtivas do Setor Industrial*

<b>Exercício</b>	<b>Dotação</b>	<b>Despesas Empenhadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>
2011	600.000	600.000	600.000	600.000

Fonte: SIGPLAN

*Quadro A.2.1.4.1 - Execução Física e Financeira*

<b>AÇÃO</b>	<b>FOMENTO À ECOEFICIÊNCIA NAS CADEIAS PRODUTIVAS DO SETOR INDUSTRIAL</b>		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	8922
Produto:	Ação Implementada	Unid. Medida:	Unidade
	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)</b>
Físico	04	0	02
Financeiro	600.000	600.000	100%

Fonte: SIGPLAN

**Nota:**

Os recursos desta ação foram distribuídos em 2 projetos, com despesas compartilhadas, conforme a seguir relacionados:



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

1) Formalizado convênio com a ABDI, visando a capacitação de multiplicadores/gestores de APLS, no valor de R\$ 688.554,00, com contrapartida de R\$ 95.500,00 da conveniente. O Convênio recebeu o nº SIAFI 764832, objeto do processo 52000.4535/2011-12, nº interno 50/2011, com vigência até 30/06/2013, onerando esta ação em R\$ 277.080,00, cujos recursos constam da 2011NE 801533. O valor restante foi compartilhado com orçamentos das ações 2768- PTRES 5820 e 2505-PTRES 5822. O repasse financeiro foi feito em parcela única, mediante a 2011OB 801076, de 30/12/11.

2) Firmado Convênio com a APEX Brasil, nº SIAFI 764820, nº interno 51/2011, no valor de R\$ 680.000,00 acrescido de 80.000,00 de contrapartida econômica da conveniente, com vigência até 30/04/2013, objetivando desenvolver iniciativas que promovam a competitividade empresarial, por meio de Melhoria de Processos e produtos das empresas brasileiras. Os recursos que custearam as despesas desse convênio foram provenientes desta ação- PTRES 21950, no valor de R\$ 322.920,00 e o restante R\$ 357.080,00, da ação 2768- PTRES 5820.

A execução financeira desta ação foi de 100%, contudo só ocorreu no mês de dezembro, impossibilitando que a execução física das ações iniciasse no exercício. Em razão disso, o correspondente físico será informado a partir de 2012. Registre-se que a meta a ser alcançada será de apenas 50%, tendo em vista a reprogramação das metas, feita em razão de: 1) Decreto definiu o limite de empenho em 70% do orçamento, só ampliado no mês de dezembro; 2) Antecipação de parte das metas previstas na LOA com recursos de 2010, mediante convênio firmado com a ABDI para execução em 2011.

**Ações de responsabilidade da SDP que integram Programas de outras Secretarias do MDIC e outros Órgãos do Governo Federal:**

*Quadro A.2.1.5- Execução Orçamentária – Ação 2374 - Fomento à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas*

Exercício	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2011	8.300.000	2.900.000 <sup>(1)</sup>	0 <sup>(2)</sup>	0

Fonte: SIGPLAN/Relatórios/ Execução Física e Financeira por Ação

*Quadro A.2.1.5.1 - Execução Física e Financeira*

AÇÃO	FOMENTO À INSTALAÇÃO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	2374
Produto:	Projeto Apoiado	Unid. Medida:	Unidade
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Físico	58	6	10%
Financeiro	8.300.000	1.400.000 <sup>(3)</sup>	17%

Fonte: SIGPLAN

- (1) Cancelado o empenho 2011NE801524, no valor de R\$ 500.000, tendo como favorecido a PM de Vitória de Santo Antão/PE e 2011NE801432, no valor de R\$ 1.000.000, favorecendo a PM de Barra dos Coqueiros/SE. O município de **Vitória de Santo Antão/PE** ficou impedido de formalizar o convênio por não comprovar regularidade exigida e o município de **Barra dos Coqueiros/SE** não teve como se apropriar dos recursos da emenda, cujo descrição era nominativa a outro ente municipal.
- (2) Todos os valores empenhados estão lançados na conta de restos a pagar, com previsão de repasse em 2012.
- (3) Registre-se que a baixa execução se deve, principalmente, a não liberação de limite de empenho.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**Nota:**

**Análise da execução por localizador**

**2374-0001: Nacional – Valor R\$ 3.000.000,00**

Não houve liberação de limite de empenho para execução dessa emenda que previa apoiar 34 projetos, tendo sido emitido CDO, informando da indisponibilidade orçamentária.

**2374-0035: No Estado de São Paulo – Valor R\$ 2.100.000,00**

Este localizador previa apoiar a implementação de 11 projetos, no entanto foram firmados 4 convênios para construção de barracão industrial, executando 36,36% da meta física prevista, beneficiando os municípios de **Populina, Bragança Paulista, São Pedro e Ourinhos**, todos do estado de São Paulo. O valor total empenhado foi de R\$ 700.000,00, porém não houve execução financeira, uma vez que as despesas não foram liquidadas no exercício, mas inscritas na conta de Restos a Pagar.

- Prefeitura Municipal de **Populina(SP)** registrou Proposta SICONV nº 010367/2011 (Processo nº 52000.031786/2011-71), para Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. O Ofício nº 003/332-2011-DR, de 03/03/2011, do Gabinete do Deputado Federal Devanir Ribeiro, encaminha a indicação do Município como um dos beneficiários da emenda, no valor de R\$ 100.000,00. No dia 21/10/2011 foi emitida Nota Técnica favorável a aprovação da proposta de Convênio para a Construção de Barracão Industrial e Instalação de MPEs. O processo foi instruído pelas demais áreas do Ministério, tendo recebido parecer favorável a formalização da parceria e, consequentemente, emitida a nota de empenho 2011NE801522, em 16/12/2011 e celebrado o convênio em 29/12/2011.

- Prefeitura Municipal de **Bragança Paulista(SP)** registrou Proposta SICONV nº 051323/2011 (Processo nº 52000.031278/2011-93), para Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. O Ofício nº 059/2011/GAB, de 07/04/2011, do Gabinete do Deputado Federal Antônio Carlos Mendes Thame, encaminha a indicação do Município como um dos beneficiários da emenda, no valor de R\$ 200.000,00. No dia 14/10/2011 foi emitida Nota Técnica favorável a aprovação da proposta de Convênio para a Construção de Barracão Industrial e Instalação de MPEs. O processo foi instruído pelas demais áreas do Ministério, tendo recebido parecer favorável a formalização da parceria e, consequentemente, emitida a nota de empenho 2011NE80143, em 13/12/2011 e celebrado o convênio em 28/12/2011

- Prefeitura Municipal de **Ourinhos(SP)** registrou Proposta SICONV nº 019205/2011 (Processo nº 52000.027276/2011-08), para Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. O Ofício nº 059/2011/GAB, de 07/04/2011, do Gabinete do Deputado Federal Antônio Carlos Mendes Thame, encaminha a indicação do Município como um dos beneficiários da emenda, no valor de R\$ 200.000,00. No dia 30/09/2011 foi emitida Nota Técnica favorável a aprovação da proposta de Convênio para a Construção de Barracão Industrial e Instalação de MPEs. O processo foi instruído pelas demais áreas do Ministério, tendo recebido parecer favorável a formalização da parceria e, consequentemente, emitida a nota de empenho 2011NE801510, em 16/12/2011 e celebrado o convênio em 29/12/2011.

- Prefeitura Municipal de **São Pedro(SP)** registrou Proposta SICONV nº 016581/2011 (Processo nº 52000.026844/2011-45), para Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. O Ofício nº 059/2011/GAB, de 07/04/2011, do Gabinete do Deputado Federal Antônio Carlos Mendes Thame, encaminha a indicação do Município como um dos beneficiários da emenda, no valor de R\$ 200.000,00. No dia 26/09/2011 foi emitida Nota Técnica favorável a aprovação da proposta de Convênio para a Construção de Barracão Industrial e Instalação de MPEs. O processo foi instruído pelas demais áreas do Ministério, tendo recebido parecer favorável a formalização da parceria e, consequentemente, emitida a nota de empenho 2011NE801430, em 13/12/2011 e celebrado o convênio em 30/12/2011.

**2374-0041: 2374-0041: Estado do Paraná – Valor R\$ 500.000,00**

Este localizador previa apoiar a implementação de 3 projetos, no entanto foi apresentado um único projeto, no valor total da emenda, com isso a execução da meta física foi de 33,33% e não houve execução financeira, uma vez que as despesas não foram liquidadas no exercício, mas previstas em Restos a Pagar.





## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

- Prefeitura Municipal de **Planalto(PR)** registrou Proposta SICONV nº 069029/2011 (Processo nº 52000.039708/2011-15), para Construção de 02 Barracões Industriais e Instalação de Empresas. No dia 02/12/2011 foi emitida Nota Técnica favorável a aprovação da proposta de Convênio. O processo tramitou pelas demais áreas do Ministério, tendo recebido parecer favorável a formalização da parceria e, conseqüentemente, emitida a nota de empenho 2011NE801539, em 16/12/2011 e celebrado o convênio em 29/12/2011.

### **2374-0043: No Estado do Rio Grande do Sul – Valor R\$ 100.000,00**

Este localizador previa apoiar a implementação de 1 projeto. Não houve liberação de limite de empenho para execução dessa emenda, tendo sido emitido CDO, informando da indisponibilidade orçamentária.

### **2374-0058: No Estado do Paraná – Valor R\$ 450.000,00**

Este localizador previa apoiar a implementação de 3 projetos. Não houve liberação de limite de empenho para execução dessa emenda, tendo sido emitido CDO, informando da indisponibilidade orçamentária.

### **2374-0080: Sabáudia(PR) – Valor R\$ 200.000,00**

Este localizador previa apoiar a implementação de 1 projeto, cujos recursos foram nominalmente identificados ao município de Sabáudia/PR, por meio da funcional programática 22.661.0419.2374.0080, conforme formalizado.

- Prefeitura Municipal de **Sabáudia(PR)** registrou Proposta SICONV nº 009142/2011 (Processo nº 52001.003915/2011-21), para Infraestrutura da área industrial do município e Instalação de Empresas. O Ofício/GAB. CB/Nº 046/2011, de 13/04/2011, do Gabinete da Deputada Federal Cida Borghetti, que assumiu as emendas do Deputado Federal Ricardo Barros, oficializa a indicação do Município como beneficiário para o valor de R\$ 200.000,00. O processo foi instruído no âmbito do Ministério, tendo obtido parecer favorável a implementação do projeto e, conseqüentemente, emitida a nota de empenho 2011NE801429, em 13/12/2011 e celebrado o convênio em 31/12/2011. Com isso, a execução da meta física foi de 100% e não houve execução financeira, uma vez que as despesas não foram liquidadas no exercício, todavia previstas em Restos a Pagar.

### **2374-0088: Vitória de Santo Antão(PE) – Valor R\$ 500.000,00**

Este localizador previa apoiar a implementação de 1 Projeto, cujos recursos foram nominalmente identificados ao município de Vitória de Santo Antão/PE, por meio da funcional programática 22.661.0419.2374.0088, conforme formalizado.

- Prefeitura Municipal de **Vitória de Santo Antão/PE** registrou Proposta SICONV nº 002298/2011 (Processo nº 52000.027318/2011-01), para Reforma e Ampliação de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Emenda de autoria do Deputado Federal Raul Henry, do Estado de Pernambuco, sob o número 24570025, funcional programática 22.661.0419.2374.0088. No dia 29/09/2011 foi emitida Nota Técnica favorável a aprovação da proposta de Convênio. O processo foi instruído pelas demais áreas do Ministério, tendo obtido parecer favorável a implementação do projeto e, conseqüentemente, emitida a nota de empenho 2011NE801524, em 16/12/2011 e proposta a celebração do convênio, com vigência a contar de 31/12/2011, o que não prosperou, haja vista que o município ficou impedido de celebrar o convênio, por falta de comprovação de regularidade fiscal.

### **2374-0090: Salgado(SE) – Valor R\$ 1.000.000,00.**

Este localizador previa apoiar a implementação de 1 projeto, cujos recursos foram nominalmente identificados ao município de Salgado/SE, por meio da funcional programática 22.661.0419.2374.0090. O parlamentar alterou a destinação da emenda para o município de Barra dos Coqueiros/SE.

A emenda, de autoria do Deputado José Carlos Machado foi assumida pelo Deputado Laércio Oliveira, após o resultado das eleições. Feita a indicação do município de **Barra dos Coqueiros/SE**, como beneficiário da emenda, o processo tramitou, obtendo parecer favorável à aprovação da proposta, resultando na emissão da nota de empenho 2011NE801332, que foi cancelada, como também, feito o estorno da CDO – Certificação da Disponibilidade Orçamentária, já que não houve mudança na descrição do emenda, que permitisse alterar o município beneficiado.





**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**2374-0092: Doutor Camargo(PR)- Valor R\$ 150.000,00**

Este localizador previa apoiar a implementação de 1 projeto, porém não houve liberação de limite de empenho para execução dessa emenda, tendo sido emitido CDO, informando da indisponibilidade orçamentária.

**2374-0094: Lobato(PR) – Valor R\$ 150.000,00**

Este localizador previa apoiar a implementação de 1 projeto, porém não houve liberação de limite de empenho para execução dessa emenda, tendo sido emitido CDO, informando da indisponibilidade orçamentária.

**2374-0096: Itambé(PR) – Valor R\$ 150.000,00**

Este localizador previa apoiar a implementação de 1 projeto, porém não houve liberação de limite de empenho para execução dessa emenda, tendo sido emitido CDO, informando da indisponibilidade orçamentária.

**Em relação à LOA de 2010**, a execução do orçamento encontra-se sem registro, diante da inscrição dos empenhos a seguir relacionados, na conta de Restos a pagar.

- **Prefeitura Municipal de Santa Maria Madalena(RJ)** - Proposta SICONV nº 024584/2010 (Processo nº 52000.015118/2010-16), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Aguardando desembolso do MDIC; 2010 NE900698, no valor de R\$ 200.000 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Jaboti(PR)** - Proposta SICONV nº 062402/2010 (Processo nº 52000.012985/2010-08), destinada a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Aguardando desembolso do MDIC; 2010NE900700, no valor de R\$ 300.000 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Ibiporã(PR)** - Proposta SICONV nº 0040023/2010 (Processo nº 52000.012822/2010-17), destinada a construção de barracão industrial. Aguardando repasse de recursos; 2010NE901744, no valor de R\$ 500.000 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Cumaru(PE)** - Proposta SICONV nº 051980/2010 (Processo nº 52000.015263/2010-05), destinada a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Aguardando e liberação de recursos; 2010NE 900713, no valor de R\$ 300.000 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Cumaru(PE)** - Proposta SICONV nº 079267/2010 (Processo nº 52000.009639/2010-34), destinada a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Aguardando liberação de recursos; 2010NE901677, no valor de R\$ 300.000 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Damolândia(GO)** - Proposta SICONV nº 103133/2010 (Processo nº 52000.037254/2010-67), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Vigência do convênio até 30/12/2011, e prorrogado de ofício para 30/12/2012. Aguardando o repasse de recursos; 2010NE 901722, no valor de R\$ 252.670 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Goianópolis (GO)** - Proposta SICONV nº 099883/2010 (Processo nº 52000.036694/2010-05), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Vigência do convênio até 31/12/2011, e prorrogado de ofício para 30/12/2012. Aguardando repasse de recursos; 2010NE901720, no valor de R\$ 252.670 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Goianira(GO)** - Proposta SICONV nº 097446/2010 (Processo nº 52000.036701/2010-61), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Vigência do convênio até 30/12/2011, e prorrogado de ofício para 30/12/2012. Aguardando liberação de recursos; 2010NE901711, no valor de R\$ 415.080 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Indiará(GO)** - Proposta SICONV nº 100161/2010 (Processo nº 52000.036296/2010-81), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Aguardando repasse de recurso; 2010NE901725, no valor de R\$ 252.670 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

- **Prefeitura Municipal de Inhumas(GO)** - Proposta SICONV nº 099706/2010 (Processo nº 52000.037104/2010-53), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Aguardando repasse de recurso; 2010NE901716, no valor de R\$ 415.080 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Ipiranga(GO)** - Proposta SICONV nº 098159/2010 (Processo nº 52000.037257/2010-09), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Vigência do convênio até 31/12/2011, e prazo até 29/02/2012 para prestar contas. Aguardando repasse de recurso; 2010NE 901741, no valor de R\$ 252.670 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Iporá(GO)** - Proposta SICONV nº 101315/2010 (Processo nº 52000.037068/2010-28), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Aguardando repasse de recurso; 2010NE901729, no valor de R\$ 415.080 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Israelândia(GO)** - Proposta SICONV nº 102043/2010 (Processo nº 52000.036297/2010-25), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Aguardando repasse de recurso; 2010NE901721, no valor de R\$ 252.670 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Matrichã(GO)** -Proposta SICONV nº 097503/2010 (Processo nº 52000.036692/2010-16), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Aguardando repasse de recurso; 2010NE901682, no valor de R\$ 252.670 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Mossamedes(GO)** - Proposta SICONV nº 100171/2010 (Processo nº 52000.036298/2010-70), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Aguardando repasse de recurso; 2010NE901719, no valor de R\$ 252.670 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Nerópolis(GO)** -Proposta SICONV nº 096467/2010 (Processo nº 52000.036688/2010-40), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Aguardando liberação de recurso; 2010NE901709, no valor de R\$ 415.080 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Alexânia(GO)** - Proposta SICONV nº 100148/2010 (Processo nº 52000.036295/2010-36),visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Vigência do convênio até 30/12/2011, com prazo até 28/02/2012 para prestar contas. Aguardando repasse de recursos; 2010NE901724, no valor de R\$ 415.080 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Amorinópolis(GO)** - Proposta SICONV nº 102253/2010 (Processo nº 52000.037270/2010-50), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Vigência do convênio até 30/12/2011, e prorrogado de ofício para 30/12/2012. Aguardando repasse de recursos; 2010NE901714, no valor de R\$ 252.670 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Anápolis(GO)** - Proposta SICONV nº 096505/2010 (Processo nº 52000.037255/2010-55), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Vigência do convênio até 30/12/2011, e prorrogado de ofício para 30/12/2012. Aguardando repasse de recursos; 2010NE901681, no valor de R\$ 415.080 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Anicuns(GO)** - Proposta SICONV nº 099904/2010 (Processo nº 52000.037269/2010-25), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Vigência do convênio até 30/12/2011, e prorrogado para 30/12/2012. Aguardando repasse de recursos; 2010NE901717, no valor de R\$ 312.860 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia(GO)** - Proposta SICONV nº 096758/2010 (Processo nº 52000.037263/2010-58), viando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Vigência do convênio até 30/12/2011, e prorrogado “de ofício” até 30/12/2012. Aguardando repasse de recursos; 2010NE901718, no valor de R\$ 415.080 860 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás(GO)** - Proposta SICONV nº 096826/2010 (Processo nº 52000.036687/2010-03), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Vigência do convênio até 30/12/2011, e prorrogado “de ofício” até 30/12/2012. Aguardando liberação de recursos; 2010NE901708, no valor de R\$ 415.080 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Buriti de Goiás(GO)** - Proposta SICONV nº 097469/2010 (Processo nº 52000.036690/2010-19), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Vigência do convênio



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

até 31/12/2011, e prorrogado “de ofício” até 30/12/2012. Aguardando o repasse de recursos; 2010NE901683, no valor de R\$ 252.670 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).

- **Prefeitura Municipal de Ceres(GO)** - Proposta SICONV nº 097624/2010 (Processo nº 52000.035066/2010-02), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Vigência do convênio até 31/12/2011, e prorrogado “de ofício” até 30/12/2012. Aguardando o repasse de recursos; 2010NE901737, no valor de R\$ 415.080 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).

- **Prefeitura Municipal de Córrego do Ouro(GO)** - Proposta SICONV nº 096474/2010 (Processo nº 52000.037288/2010-51), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Vigência do convênio até 30/12/2011, e prorrogado “de ofício” até 30/12/2012. Aguardando o repasse de recursos; 2010NE901726, no valor de R\$ 252.670 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).

- **Prefeitura Municipal de Nova América(GO)** - Proposta SICONV nº 097485/2010 (Processo nº 52000.036691/2010-63), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Aguardando liberação de recurso; 2010NE901723, no valor de R\$ 252.670 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).

- **Prefeitura Municipal de Nova Veneza(GO)** - Proposta SICONV nº 101792/2010 (Processo nº 52000.036705/2010-49), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Aguardando liberação de recurso; 2010NE901713, no valor de R\$ 252.670 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).

- **Prefeitura Municipal de Novo Brasil(GO)** - Proposta SICONV nº 099867/2010 (Processo nº 52000.036683/2010-17), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Aguardando liberação de recurso; 2010NE901710, no valor de R\$ 252.670 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).

- **Prefeitura Municipal de Pontalina(GO)** – Proposta SICONV nº 099900/2010 (Processo nº 52000.037266/2010-91, visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Aguardando liberação de recurso; 2010NE901727, no valor de R\$ 312.860 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).

- **Prefeitura Municipal de Rialma(GO)** - Proposta SICONV nº 092174/2010 (Processo nº 52000.036654/2010-55), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Aguardando liberação de recurso; 2010NE901712, no valor de R\$ 252.670 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).

- **Prefeitura Municipal de Santa Bárbara(GO)** - Proposta SICONV nº 103893/2010 (Processo nº 52000.037264/2010-01), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Aguardando liberação de recurso; 2010NE901715, no valor de R\$ 252.670 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).

- **Prefeitura Municipal de Uruaçu(GO)** - Proposta SICONV nº 100896/2010 (Processo nº 52000.036695/2010-41), destinada a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Aguardando a liberação de recurso; 2010NE901728, no valor de R\$ 415.080 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).

- **Prefeitura Municipal de Abadia de Goiás(GO)** - Proposta SICONV nº 096462/2010 (Processo nº 52000.036084/2010-01), visando a Construção de Barracão Industrial e Instalação de Empresas. Vigência do convênio até 31/12/2011, e prorrogada “de ofício” até 30/12/2012. Aguardando repasse de recursos; 2010NE901680, no valor de R\$ 252.670 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).

- **Prefeitura Municipal de Cristais Paulista (SP)**, beneficiária da emenda Localizador: 2374-0001: Nacional, no valor global de R\$ 1.000.000,00. Proposta SICONV nº 030263/2010 (Processo nº 52000.010678/2010-84); 2010NE901679, no valor de R\$ 300.000 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).

- **Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul(SP)**, beneficiária da emenda Localizador: 2374-0001: Nacional, no valor global de R\$ 1.000.000,00. Proposta SICONV nº 066290/2010 (Processo nº 52000.010689/2010-64); 2010NE01739, no valor de R\$ 200.000 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, Liquidados, A Pagar(conta contábil 295110200).

- **Prefeitura Municipal de Ourinhos(SP)**, município beneficiado com a emenda, Localizador: 2374-0035, que destinou o valor de R\$ 945.000 a municípios do estado de SP. Proposta SICONV nº 040391/2010 (Processo nº 52000.017972/2010-17), empenho 2010NE901740, no valor de R\$ 200.000 inscrito na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

- **Prefeitura Municipal de Valparaíso(SP)**, município beneficiado com a emenda, Localizador: 2374-0035, que destinou o valor de R\$ 945.000 a municípios do estado de SP. Proposta SICONV nº 047185/2010 (Processo nº 52000.015693/2010-19); 2010NE901678, no valor de R\$ 100.000 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Pedranópolis(SP)**, município beneficiado com a emenda, Localizador: 2374-0035, que destinou o valor de R\$ 945.000 a municípios do estado de SP. Proposta SICONV nº 044475/2010 (Processo nº 52000.036681/2010-28); 2010NE901669, no valor de R\$ 145.000 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Marmeleiro(PR)**, município beneficiado com a emenda Localizador: 2374-0058, que destinou o valor de R\$ 1.300.000 a municípios do estado do Paraná. Proposta SICONV nº 073530/2010 (Processo nº 52000.015930/2010-41); 2010NE900705, no valor de R\$ 150.000 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Lunardelli(PR)**, município beneficiado com a emenda Localizador: 2374-0058, que destinou o valor de R\$ 1.300.000 a municípios do estado do Paraná. Proposta SICONV nº 052290/2010 (Processo nº 52000.013815/2010-32); 2010NE901742, no valor de R\$ 200.000 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Pranchita(PR)**, município beneficiado com a emenda Localizador: 2374-0058, que destinou o valor de R\$ 1.300.000 a municípios do estado do Paraná. Proposta SICONV nº 072746/2010 (Processo nº 52000.015260/2010-63); 2010NE900708, no valor de R\$ 150.000 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná(PR)**, município beneficiado com a emenda Localizador: 2374-0058, que destinou o valor de R\$ 1.300.000 a municípios do estado do Paraná. Proposta SICONV nº 044710/2010 (Processo nº 52000.0019739/2010-79); 2010NE901676, no valor de R\$ 200.000 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).
- **Prefeitura Municipal de Cafeara(PR)**, município beneficiado com a emenda Localizador: 2374-0058, que destinou o valor de R\$ 1.300.000 a municípios do estado do Paraná. Proposta SICONV nº 043461/2010 (Processo nº 52000.015254/2010-14); 2010NE900701, no valor de R\$ 400.000 inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, A Liquidar(Conta contábil 295110100).

*Quadro A.2.1.6- Execução Orçamentária – Ação 2B14- Pesquisa de Mercado para Arranjos Produtivos Locais*

Exercício	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2011	400.000	338.465	338.465	338.465

Fonte: SIGPLAN

*Quadro A.2.1.6.1 – Execução Física e Financeira – Ação 2B14*

ACÇÃO	PESQUISA DE MERCADO PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS		
<b>Tipo Ação:</b>	Atividade	<b>Código da Ação:</b>	2B14
<b>Produto:</b>	APL apoiado	<b>Unid. Medida:</b>	Unidade
	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)</b>
<b>Físico</b>	36	36	100%
<b>Financeiro</b>	R\$ 400.000	R\$ 338.465	85%

Fonte: SIGPLAN

**Nota:**

Os recursos da LOA 2011 para a Ação 2B14-Pesquisa de Mercado para Arranjos Produtivos Locais/APLs foram destinados ao custeio do convênio, tendo como objeto: "Projeto de apoio à Implantação do Sistema de Logística





**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Reversa para Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos (REEE), em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e o Plano Brasil Maior (PBM), como estímulo ao desenvolvimento tecnológico e sustentável de cadeias produtivas estratégicas". Proposta nº 064278/2011, Convênio nº 766276/2011, CPROD WEB nº 52000.037059/2011-18, Número interno 40/2011, com vigência estabelecida para iniciar em 28/12/2011 e terminar em 29/06/2012, apresentada pela AGENCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – ABDI. O valor global do convênio é de R\$ 388.520,00, sendo R\$ 322.920,00 de repasse do MDIC e R\$ 65.600,00 de contrapartida em bens e serviços. O empenho 2011NE801564 foi emitido em 23/12/2011 e o pagamento, em parcela única, processado em 30/12/2011, por meio da OB801075.

*Quadro A.2.1.7- Execução Orçamentária – Ação 6659- Extensão Industrial Exportadora das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte:*

Exercício	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2011	0			0

Fonte: SIGPLAN

*Quadro A.2.1.7.1 – Execução Física e Financeira – Ação 6659*

AÇÃO	EXTENSÃO INDUSTRIAL EXPORTADORA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE		
<b>Tipo Ação:</b>	Atividade	<b>Código da Ação:</b>	6659
<b>Produto:</b>	Empresa Atendida	<b>Unid. Medida:</b>	Unidade
	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)</b>
<b>Físico</b>	0		0
<b>Financeiro</b>	0		0

Fonte: SIGPLAN

**Nota:** Não houve previsão de meta física e dotação orçamentária na LOA 2011 para esta ação.

*Quadro A.2.1.8- Execução Orçamentária – Ação 2692 - Fiscalização do Processo Produtivo Básico para Bens de Informática*

Exercício	Dotação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2011	92.880	66.817	52.229	52.229

Fonte: SIGPLAN

*Quadro A.2.1.8.1 – Execução Física e Financeira – Ação 2692*

AÇÃO	Fiscalização do Processo Produtivo Básico para Bens de Informática		
<b>Tipo Ação:</b>	Atividade	<b>Código da Ação:</b>	2692
<b>Produto:</b>	Empresa Fiscalizada	<b>Unid. Medida:</b>	Unidade
	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)</b>
<b>Físico</b>	30	31	103%
<b>Financeiro</b>	92.880	52.229	56%

Fonte: SIGPLAN



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

*Quadro A.2.1.8.2 – Principais Resultados – Ação 2692*

<b>Percentual</b>	<b>Qte de empresa</b>	<b>Situação</b>	<b>Observação</b>
59%	18	Regular	São casos de empresas que, no dia da fiscalização, não havia indícios de qualquer irregularidade.
6%	2	Regular, porém em vias de cancelamento	São casos de empresas regulares que solicitaram cancelamento ou não investiram em P&D no prazo legal.
29%	9	Regular c/ressalva	Há pendências do tipo: Importação de placas por algum período; a empresa encontra-se, ainda, em processo de adequação ao PPB; a empresa terceirizou parte de sua produção em outra empresa e etc.
6%	2	Irregular	São casos de empresas que não possuem estrutura produtiva para cumprimento do PPB, devendo ser suspenso o incentivo fiscal e, em decorrência, notificar a Receita Federal. E ainda, apesar de ter estrutura produtiva, na maioria das vezes, a empresa não cumpre o PPB de forma integral.
<b>100%</b>	<b>31</b>		

Fonte: SIGPLAN

**Nota:**

Em relação às empresas irregulares, essas poderão perder os incentivos fiscais concedidos pela Lei de Informática. Adicionalmente, a Secretaria da Receita Federal recebe Ofício sinalizando a irregularidade, para verificação dos tributos devidos.

A ação de fiscalização é feita em parceria com a SEPIN/MCTI. As equipes de fiscalização são compostas por analistas da SDP/MDIC e da SEPIN/MCTI.

No final de 2011 foi proposta uma nova metodologia de fiscalização, visando aumentar o número de empresas fiscalizadas sem a necessidade de aumento da equipe de fiscalização.

Esta nova metodologia de fiscalização contempla a figura da fiscalização não-presencial, onde a empresa envia eletronicamente dados para verificação de irregularidades e, caso estas não sejam detectadas, o processo de fiscalização poderá ser arquivo sem que haja visita. No ano de 2012 coexistirão a metodologia antiga e a nova. Ao mesmo tempo em que um conjunto de empresas será visitado, um conjunto maior de empresas enviará dados sobre insumos e produção de bens incentivados, formando o universo a ser fiscalizado em 2013.

*Quadro A.2.1.9 - Execução Orçamentária – Ação 6672 – Fortalecimento da Imagem do Produto Brasileiro no Mercado Internacional*

<b>Exercício</b>	<b>Dotação</b>	<b>Despesas Empenhadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores Pagos</b>
2011	300.000	300.000	300.000	300.000

Fonte: SIGPLAN



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

Quadro A.2.1.9.1 – Execução Física e Financeira – Ação 6672

<b>AÇÃO</b>			
<b>Fortalecimento da Imagem do Produto Brasileiro no Mercado Internacional</b>			
<b>Tipo Ação:</b>	Atividade	<b>Código da Ação:</b>	6659
<b>Produto:</b>	Campanha realizada	<b>Unid. Medida:</b>	Unidade
	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)</b>
<b>Físico</b>	1	1	100%
<b>Financeiro</b>	300.000	300.000	100%

Fonte: SIGPLAN

**Nota:**

Em maio foi definido o limite orçamentário, autorizando o empenho de R\$ 210.000,00 para implementação da campanha, referente a promoção do iF Design 2012. Firmado convênio nº SIAFI 755791/2011, nº interno 01/2011, entre o MDIC e o CDP- Centro de Design do Paraná para a execução do DEB 2012- iF Design, com vigência até 14/05/2012, no valor de **R\$ 135.000,00**(cento e trinta e cinco mil reais). Como desdobramento desta parceria, o júri internacional ocorreu em Hannover, na Alemanha, no período de 18 a 20 de dezembro de 2011, onde foram avaliados 4.322 produtos pelos jurados de 48 diferentes países. Em grupos, de acordo com as categorias por área de conhecimento, o júri avalia os produtos acompanhados dos memoriais descritivos. Dos 100 produtos brasileiros enviados a Hannover fisicamente, 18 foram premiados com o selo iF Product Design Award 2012 e ficarão em exposição, durante a CeBIT- maior feira de tecnologia do mundo(a se realizar de 6 a 10 de março de 2012), em Hamburgo e em Haikou/Hainan Island, China. No dia 10 de fevereiro de 2012 acontecerá em Munique/Alemanha, a cerimônia de premiação do iF Design Awards, onde serão anunciados os 100 iF Gold Award(100 melhores projetos na visão do júri internacional). O site [www.designbrasil.org.br](http://www.designbrasil.org.br) e o site [www.ifdesign.de](http://www.ifdesign.de), apresentam relato, na íntegra, de toda a execução do projeto, que sob o ponto de vista técnico atingiu plenamente o seu objetivo.

Após concedida a ampliação do limite de empenho para esta ação, formalizou-se o convênio com a APEX Brasil, visando o desenvolvimento de estudos, proposição de indicadores e ações voltadas ao uso do design como ferramenta de competitividade para a indústria nacional, abrangendo as seguintes etapas: 1) Estudo e elaboração de relatório com recomendação para a institucionalização da Bienal Brasileira de Design; 2) Exposição pocket da Bienal Brasileira de Design no exterior; 3) Apoiar a edição do Concurso Design Mercosul de Móveis do Brasil; 4) Produzir o mapeamento das oportunidades para a inserção do design nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014; e 5) Proposição de indicadores e estudo res e estudo do panorama da efetividade no investimento público em programas de promoção do Design no Brasil e no exterior. O Convênio recebeu o nº SIAFI 764822, firmado no valor de R\$ 1.188.000,00, com vigência até 15/11/2012. Trata-se de uma parceria com o Ministério da Cultura, que aportou R\$ 300.000,00 ao orçamento do MDIC, viabilizado por meio de Termo de Cooperação, objeto do processo MDIC 52000.031132/2011-48. Esse projeto tem sua despesa compartilhada, com recursos provenientes da ação 6672- Fortalecimento da Imagem do Produto Brasileiro no Mercado Internacional(PTRES 5834) e 2505-Inserção do Design em Setores Produtivos (PTRES 5822), além de ação do MINC- PTRES 32143. Nesta ação foram empenhados **R\$ 165.000,00**, por meio da 2011 NE 801535.Os recursos foram liberados em parcela única, por meio da 2011OB 801080, de 30/12/2011. Com o pagamento efetuado somente no mês de dezembro, não houve tempo para o cumprimento do objeto da ação, razão pela qual, a meta física será registrada a partir de 2012, já que a execução terá início no mês de janeiro. O Convênio prevê, ainda, desembolso de R\$ 588.000,00 em 2012 que deverá onerar o orçamento daquele exercício, em ação a ser definida.

Os dois projetos apoiados nesta ação somam o valor de R\$ 300.000, correspondendo ao total da dotação orçamentária prevista na LOA.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

*Quadro A.2.1.9.2 – Totalização – Orçamento Previsto/Executado do Programa 0812*

EXERCÍCIO FINANCEIRO	AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS		AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS	
	PREVISTO	EXECUTADO	PREVISTO	EXECUTADO
2011	12.124.681 <sup>(1)</sup>	3.378.850	47.487.872.619	104.489.239.723

<sup>(1)</sup> - LOA+Crédito

### 2.3.2 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA SDP

*Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela SDP*

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
22	661	0812	2768	A	3	Plano Elaborado	139	0	11
22	661	0812	2272	A	3	-	-	-	-
22	662	0812	8922	A	3	Ação implementada	4	0	2
22	662	0812	2505	A	3	Iniciativa Implementada	2	0	2
22	661	0419	2374	A	3	Projeto Apoiado	62	7	62
22	661	0419	6659	A	3	Empresa Atendida	0	0	0
22	662	0419	2B14	A	3	APL apoiado	36	36	0
22	125	0411	2692	A	3	Empresa Fiscalizada	30	31	0
23	691	0355	6672	A	3	Campanha Realizada	1	1	1

Fonte: SIGPlan/Relatórios

**Nota:**

A ação 2272- Gestão e Administração do Programa está classificada como prioritária no PPA, pois destina-se a apoiar a estruturação dos projetos finalísticos da Secretaria, contudo não houve previsão de meta física para a mesma.

A meta física prevista para a ação 2768- Fortalecimento das Cadeias Produtivas, na proposta orçamentária desta Secretaria foi de 9 Planos Elaborados, sendo que a execução superou essa meta, ao confirmar a instrução e formalização de 11 processos/planos. Ressalte-se, contudo, que emenda consignada no orçamento do MDIC, nesta funcional programática, no valor de R\$ 6.214.561,00 não foi liberada e, ainda, alterou a meta física da ação ao incluir a previsão de mais 130 planos elaborados. O correspondente físico será lançado no decorrer do exercício de 2012, embora tenha havido execução financeira de 49% do orçamento próprio da SDP (R\$ 3.707.694,00). Nenhum plano foi concluído no exercício e a maioria somente deu início a partir do repasse do recurso financeiro, que ficou concentrado no mês de dezembro (execução financeira de 49%). Em 2012 serão feitos os registros, de acordo com a execução. Das ações pactuadas, destacam-se:





## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

1) Em execução- **Contrato firmado com a Fundação Cândido Rondon**, decorrente de pregão eletrônico, tendo como objeto “**Estudo Mercadológico do Trigo e derivados**” no valor de R\$ 180.000,00. Conforme previsto no cronograma de desembolso e em cláusula contratual, foi liberado o valor de R\$ 72.000,00, em 17/10/11, mediante 2011 OB 800772, correspondendo a 1ª parcela do pagamento. A previsão de término do estudo é março de 2012 e, após, será feita a liberação do restante do pagamento, pois se trata de contrato, cuja liquidação financeira se dá mediante contraprestação do serviço.

2) Em implementação a continuidade da **parceria com o IBICT**, para o desenvolvimento do Observatório Brasileiro de APLs.

3) Em execução, os serviços objeto da **contratação da empresa MetrÓpole Comércio, Serviços e Soluções Ltda.**, vinculada ao processo administrativo 52001.003744/2011-31, referentes ao estudo para **implantação de parque de produção de micronutrientes**, a fim de atender ao setor de agronegócio. A liberação do pagamento está atrelada ao cronograma de desembolso.

4) Formalizada a **contratação de assinatura de acesso a base de dados mundiais de informações on-line sobre projetos de investimentos- Financial Times**, objeto do processo 52001.03642/2011-15. Os serviços foram orçados em US\$ 17.990 e contratados no valor de R\$ 33.371,45, que corresponde ao valor do câmbio na data do pagamento, processado por meio da 2011OB800974.

5) Firmado **convênio com o Governo do Ceará**, por intermédio da Secretaria das Cidades, no valor de R\$ 600.000,00, prevendo contrapartida do Estado no valor de R\$ 70.000,00. Formalizado no processo 52000.041606/2011, o Convênio recebeu o nº. SIAFI 764836, vigência de 29/12/11 a 31/12/2012, tendo como objeto a **Criação de Observatórios econômicos e sociais dentro do IES**. O empenho encontra-se inscrito em Restos a Pagar, na conta contábil RAP não processados, a liquidar, portanto sem previsão para o início da execução.

6) Firmado **convênio com a ABDI**, nº. SIAFI 764832, no valor de R\$ 688.554,00, prevendo contrapartida da conveniente no valor de R\$ 95.500,00, com vigência até 30/06/2013, objetivando a **implementação de iniciativas para a capacitação de multiplicadores/gestores de APLs**. À conta desta ação foi empenhado o valor de R\$ 146.474,00 e o restante correu a conta da ação 2505- PTRES 5822, no valor de R\$ 265.000,00 e da ação 8922- PTRES 21950, no valor de R\$ 277.080,00. O pagamento foi integralmente liberado em única parcela, em 30/12/11, mediante a 2011 OB 801076.

7) Firmado **convênio com a APEX- Brasil**, por meio do processo 52001.004536/2011-59, SIAFI 764820, nº interno 51/2011, no valor de R\$ 680.000,00, prevendo contrapartida de R\$ 80.000,00 da conveniente, objetivando **promover a competitividade empresarial através da melhoria de processos e produtos das empresas brasileiras**. A vigência está compreendida entre 28/12/11 e 30/04/2013 e as despesas decorrentes correram à conta desta ação, PTRES 5820, no valor de R\$ 357.080,00, mediante 2011NE801537 e o restante onerou a ação 8922- PTRES 21950, no valor de R\$ 322.920,00, cujos recursos foram empenhados na 2011NE801538. Os recursos foram liberados em parcela única, estando a conveniente em condições de dar início a execução.

8) Autorizada a **contratação de Assinatura de ponto de acesso a base de dados sobre investimentos**, por meio da **Internet Securit do Brasil Ltda.**, formalizada com o Nº Interno 57/2011, a fim de atender a RENAI- Rede Nacional de Investimentos. Objeto do processo 52001.003623/2011-99, a despesa foi no valor de R\$ 71.979,00, cujos recursos estão alocados na 2011NE 801515, emitida em 16/12/2011. O desembolso está atrelado ao cronograma pré-fixado.

9) Firmado **convênio com a ABDI** para **desenvolvimento e qualificação de fornecedores da cadeia de petróleo e gás**, objeto do processo 52000.041842/2011-85, SIAFI 764841, nº interno 46/2011, no valor de R\$ 800.000,00, prevendo contrapartida da conveniente de R\$ 182.000,00. As despesas decorrentes oneraram esta ação em R\$ 605.849,00, por meio da 2011NE801541, emitida em 16/12/11, tendo sido complementadas com recursos da ação 2272- PTRES 5805, no valor de R\$ 194.151,00, cujos recursos estão alocados na 2011NE 801540, emitida em 16/12/11. O desembolso foi feito em parcela única, por meio da 2011 OB801072, de 30/12/11, estando a conveniente em condições de dar início a execução.

10) Firmado **convênio com a PM de Jaraguá-GO**, por meio do processo 52000.032221/2011-10, SIAFI 764823, no valor de R\$ 420.000,00, prevendo uma contrapartida da conveniente no valor de R\$ 50.000,00, destinado a **apoiar a realização da 11ª Expofashion e capacitação empresarial no APL de confecções do município**. As despesas oneraram esta ação, no valor total, tendo sido emitida a 2011NE801536, em 16/12/2011, inscrita na conta de Restos a Pagar Não Processados, a Liquidar.

11) Firmado **convênio com a ABDI**, no valor de R\$ 600.000,00, para **desenvolvimento de estudo voltado à reciclagem de resíduo sólido**, objeto do processo 52001.004522/2011-35, nº interno 45/2011. Os recursos foram empenhados nesta ação, na 2011NE801521, em 16/12/11, liquidada integralmente em 30/12/11, mediante a 2011OB 801073, estando a conveniente em condições de dar início a execução.



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

As ações desta Secretaria voltaram-se, também, para o acompanhamento de alguns projetos remanescentes, referentes a parcerias firmadas com recursos da LOA 2010, mas que a execução se estendeu ao exercício de 2011.

- **Convênio firmado com a SOBENA-** Sociedade Brasileira de Engenharia Naval ,SIAFI/SICONV 750083/2010, vigente até 07/12/2012. A Rede de Inovação idealizada pela SOBENA vai ao encontro da política industrial para o setor naval, especialmente na superação do desencontro dos esforços acadêmicos com as demandas do setor produtivo para alavancar a capacidade de inovação e de soluções tecnológicas que impactam diretamente na competitividade da cadeia produtiva da construção naval. Essa Rede visa articular ações das empresas, instituições de pesquisa, associações e órgão governamentais; Com isso, a parceria com o MDIC consiste na implementação do projeto do Portal RICINO, que está dividido em 5 etapas: 1) especificação funcional do portal (1 mês); 2) Projeto gráfico e especificação das ferramentas (1 mês); 3) Desenvolvimento da versão piloto (3 meses); 4) Operação e gerenciamento do conteúdo (23 meses); 5) Manutenção e desenvolvimento da versão final (19 meses).

- **Projeto de desenvolvimento de Sistema Integrado de Gestão do Conhecimento em APLs – SIG APL:** Foi autorizada, por meio da Portaria MDIC nº 51, de 30 de setembro de 2010, a **descentralização de créditos orçamentários em favor do IBICT**, no valor de R\$ 536.571,00 (Quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e setenta e um reais), oriundos da Ação 2768 – Fortalecimento das Cadeias Produtivas (R\$ 336.571,00) e da Ação 2B14 – Pesquisa de Mercado para Arranjos Produtivos Locais (R\$ 200.000,00). O projeto está sendo executado em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologias (IBICT), e contemplará os seguintes subprojetos: Subprojeto 1: Sistema de Monitoramento de Ações e de Indicadores; Subprojeto 2: Banco de dados nacional de APLs; Subprojeto 3: Mapeamento de APLs; Subprojeto 4: Redes sociais e boas práticas; Subprojeto 5: Aprendendo sobre APLs; Subprojeto 6: Balança comercial dos Estados; Subprojeto 7: Plataforma de divulgação de APLs (com templates); Subprojeto 8: Biblioteca virtual; Subprojeto 9: Mapeamento de projetos internacionais; Subprojeto 10: Mapa das oportunidades de apoio - catálogo virtual dos instrumentos de apoio das instituições do GTP APL e dos Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs. O conjunto dessas informações e ferramentas será disponibilizado às Governanças Locais, Núcleos Estaduais e demais instituições governamentais e não-governamentais, e deverá orientar a atuação institucional de todos os envolvidos, possibilitando, efetivamente, a atuação integrada e a reestruturação dos espaços produtivos atendidos. Quanto à execução, inicialmente foram estabelecidos conceitos básicos sobre o sistema, dividindo-se basicamente em três eixos o projeto: processos de negócios (banco de dados, monitoramento de ações, escritório virtual); conectividade (rede virtual dos APLs); e gestão de conteúdo (animação e monitoramento das atividades e conhecimentos gerados). Após essa etapa inicial foram iniciados os trabalhos de desenho dos protótipos que sustentarão o Sistema, que será basicamente dividido em um banco de dados de acesso restrito, com as informações propriamente ditas, e um portal, para divulgação das informações contidas no banco de dados e ferramentas de conectividade e redes sociais. Atualmente o sistema encontra-se em fase final de ajuste e testes. Será dada continuidade ao projeto, devendo ser ampliado, com o repasse orçamentário de 2011, para execução em 2012, de modo a sustentar a plataforma do sistema e imprimir ritmo acelerado na alimentação de informações.

- **O convênio celebrado entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, SIAFI nº 751776/2010, tendo por objeto a realização de Estudos Técnicos Especializados para subsidiar a formulação de políticas no âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP**, como estímulo ao desenvolvimento tecnológico e sustentável de cadeias produtivas estratégicas. A Nota Técnica de Avaliação da Regularidade da execução do convênio, elaborada para atender ao disposto no Decreto nº 7.592, de 28/10/11, traz as seguintes informações sobre o projeto: O convênio foi firmado em 29 de dezembro de 2010, o repasse da primeira parcela em 8 de junho de 2011. As metas do estudo estão a seguir distribuídas em quatro estudos, correspondendo cada um a uma meta:

**M1** Elaborar Estudos Técnicos como subsídios para desenvolvimento e implantação de uma Estratégia Industrial Brasileira para a Economia se Baixo Carbono nos segmentos industriais de Química, Papel e Celulose, Bens Duráveis e Construção Civil.

**M2** Elaborar Estudo Técnico como subsídio para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) da Cadeia Produtiva de Cerâmica Vermelha, visando sua modernização e melhoria do padrão tecnológico.



## **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**M3** Elaborar Estudo Técnico sobre Agregados Minerais para obras de construção civil e infraestrutura nas principais regiões metropolitanas do Brasil: Diagnóstico e Cenários da Cadeia Produtiva, com seus Desafios e Oportunidades.

**M4** Executar ações para estabelecimento de Critérios de Referência para Avaliação da Sustentabilidade nas Edificações, tendo como base parte do conjunto de ações detalhadas na Agenda Tecnológica Setorial (ATS) desenvolvida pela ABDI.

É de enorme importância os estudos deste convênio para as cadeias produtivas envolvidas (economia de baixo carbono, cerâmica vermelha, agregados minerais e sustentabilidade de edificações), uma vez que sua realização visa subsidiar a formulação de políticas públicas e induzir a iniciativa privada a dirigir esforços para desenvolver atividades econômicas levando em conta conceitos e determinantes ambientais. É nessa convergência de interesses que, em regime de mútua cooperação, empreendendo todos os esforços para que ao final, se atinja os resultados esperados.

### **2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO**

NADA A INFORMAR - A SDP não é Unidade Orçamentária (UO), não possuindo código SIAFI de Unidade Gestora Orçamentária (UGO).

#### **2.4.1. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA**

NADA A INFORMAR - A SDP não é Unidade Orçamentária (UO), não possuindo código SIAFI de Unidade Gestora Orçamentária (UGO).

#### **2.4.2. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES**

NADA A INFORMAR - A SDP não é Unidade Orçamentária (UO), não possuindo código SIAFI de Unidade Gestora Orçamentária (UGO).

#### **2.4.3. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL**

A SDP não é Unidade Orçamentária (UO), não possuindo código SIAFI de Unidade Gestora Orçamentária (UGO).



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**2.4.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA**

**2.4.4.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da SDP**

*Quadro A.2.8- Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ (valores em R\$ 1,00)*

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2010	2011	2010	2011
<b>Modalidade de Licitação</b>				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	341.056	320.847	341.056	320.847
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	8.000	19.838	8.000	19.838
Inexigibilidade		33.371		33.371
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos				
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha *				
Diárias	272.578	157.233	272.578	157.233
<b>Outros</b>	950.984	3.685.840	950.984	3.685.840

Fonte: SIAFI Gerencial – elaboração SPOA/MDIC

\* A folha de pagamento deste Ministério é centralizada e as informações consolidadas estão contempladas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva, não sendo possível a informação por UJ.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

*Quadro A.2.9 – Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ (valores em R\$ 1,00)*

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>1-Despesas de Pessoal</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>2-Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3-Outras Despesas Correntes</b>								
1º elemento de despesa	41- 2.089.300	41- 4.546.474	41- 377.300	41- 3.526.474	41- 1.712.000		41- 377.300	41- 3.526.474
2º elemento de despesa	33- 337.965	39- 581.268	33- 317.424	33- 195.009	33- 20.541		39 322.352	33- 195.009
3º elemento de despesa	39- 322.352	33- 219.675	39- 322.352	39- 179.047			33- 317.424	39- 179.047
Demais elementos do grupo	282.962	159.364	282.962	159.364			282.962	159.364

Fonte: SIAFI Gerencial – elaboração SPOA/MDIC



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

*Quadro A.2.10 – Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ (valores em R\$ 1,00)*

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>4 – Investimentos</b>								
1º elemento de despesa	42- 12.564.240	0.	42- 12.564.240	0	42- 12.564.240	0		0
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>5 – Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 – Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial – elaboração SPOA/MDIC



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**2.4.5. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO**

NÃO SE APLICA.

**2.4.6. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO**

NÃO SE APLICA.

**2.4.7 INDICADORES INSTITUCIONAIS**

O indicador de desempenho para o Programa Competitividade das Cadeias Produtivas é a Taxa de Variação Líquida das Exportações do Setor Industrial, e é calculado de forma individualizada para as cadeias produtivas de Siderurgia, Complexo Eletrônico, Automotivo, Aeroespacial, Bens de Capital, Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, Agroquímica, Plásticos, Indústria Farmacêutica, Madeira e Móveis, Gemas e Jóias, Têxtil e Confecções, Couro e Calçados e Construção Civil. Esse cálculo individualizado se deve às especificidades de cada cadeia produtiva.

O que se pretende medir é a competitividade de cada cadeia produtiva, com base no comportamento de sua exportação, buscando extrair o impacto da taxa de variação cambial. É um indicador de efetividade, pois reflete o impacto das ações do Programa no desempenho das exportações, no âmbito de cada cadeia produtiva.

Sob o ponto de vista da **utilidade**, possibilita verificar o desempenho da indústria brasileira em relação ao resto do mundo. O PPA prevê o atingimento de metas, com um valor esperado de variação. Essa projeção pode, por diversos fatores macroeconômicos, não ser atingida. Como a taxa é calculada, também, de forma individualizada para as 14 cadeias produtivas, é possível identificar quais setores necessitam maior atenção por parte dos gestores do programa.

No que se refere à **mensurabilidade**, o indicador é obtido a partir da seguinte fórmula:

$A/B$ , onde  $A$  = taxa de variação média do valor em dólar das exportações da cadeia produtiva da cadeia considerada e  $B$  = módulo da taxa de variação média do câmbio do real com o dólar americano.

- Cálculo de  $A$ :  $X$  = total anual de exportações da cadeia produtiva considerada no ano atual;  $E$  = total anual de exportações em dólares da cadeia produtiva considerada, no ano imediatamente anterior;  $A = (X - E)/E$ .

- Cálculo de  $B$ :  $T$  = Ptax (BACEN) média do ano atual;  $C$  = Ptax (BACEN) média do ano imediatamente anterior;  $B = (T-C)$ .

- Se  $B < 0$ , fazer  $B = -1 * B$  (em outras palavras,  $B$  será sempre positivo).





## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

A Secretaria do Desenvolvimento da Produção é a responsável pelo cálculo/medição, com base nas fontes SECEX e Banco Central.

### 3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

NÃO SE APLICA.

#### 3.1. ANÁLISE CRÍTICA

O desempenho da Secretaria em relação à execução física de suas ações e ao cumprimento do seu plano de ação está diretamente relacionado à disponibilidade de orçamento e ao limite de empenho autorizado. Em muitos casos, a operacionalização se dá por meio de Convênios e sua execução fica comprometida em razão de atrasos nos repasses dos recursos financeiros. O contingenciamento do recurso orçamentário, sem dúvida, retardou os procedimentos administrativos, provocando atraso na formalização das parcerias e, conseqüentemente, na implementação dos planos, iniciativas e campanhas. Alterações na legislação impõem-se inadiáveis, contudo, em algumas situações são inoportunas, atrasam os processos, como é o caso da obrigatoriedade do Chamamento Público, que se apresentou extemporânea, pois invalidou inúmeros projetos já em fase final de instrução. Há que se registrar o pouco avanço na implantação do SICONV, a demora na implementação do Sistema como um todo, englobando todos os módulos. Em que pese esse contexto, as ações do Programa de Competitividade, tanto as **Orçamentárias** quanto as **Não Orçamentárias** tiveram execução satisfatória.

No que se refere às Orçamentárias, que são executadas diretamente por esta Secretaria, houve intensa articulação interna, o que possibilitou a liquidação da maioria dos pagamentos que tinha inscrição em restos a pagar de exercícios anteriores. Com isso, a **Ação 8922- Fomento à Ecoeficiência nas Cadeias Produtivas** teve 100% de execução do restos a pagar inscrito, permitindo registrar 100% da execução da meta física. Da mesma forma, 56,3% do valor inscrito em restos a pagar, na **Ação 2768- Fortalecimento das Cadeias Produtivas** foram liquidados e pagos. Registre-se que, o montante de restos a pagar ainda inscrito na contas de não processados, a liquidar, teve seu registro a fim de cumprir o cronograma de desembolso aprovado. A **Ação 2272- Gestão e Administração do Programa/GAP-** além do custeio das despesas de representação, apóia a estruturação dos projetos em execução. Consta que a execução financeira de restos a pagar foi de apenas 25,19%, no entanto a gestão do recurso desta ação fica ao encargo da SPOA/CGRH, seja no pagamento de diárias, seja na gerência do contrato de fornecimento de passagens aéreas e despesas de locomoção em geral.

No que diz respeito ao orçamento de 2011, o maior impacto na execução da **Ação 2768- Fortalecimento das Cadeias Produtivas-** decorreu de emenda ao orçamento, ampliando a meta e comprometendo o resultado da ação, já que não houve liberação do crédito, inviabilizando a execução dos 130 planos propostos pelo autor da emenda. Em razão disso, o esforço desta Secretaria em implementar o seu plano de ação e cumprir com sua proposta deve ser reconhecido, já que foram firmados instrumentos para implementar a elaboração de 11 planos, suplantando a meta





**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

inicial (9 planos elaborados), empenhando 100% do recurso orçamentário previsto na LOA e executando 49,21% do financeiro. A liberação do recurso financeiro ficou concentrada no mês de dezembro, impossibilitando que a execução física das ações ocorresse dentro do exercício.

As **Ações 2505**- Inserção do Design em Setores Produtivos e **8922**- Fomento à Ecoeficiência nas Cadeias Produtivas tiveram execução de 100% do orçamento, haja vista o repasse dos recursos financeiros ainda no mês de dezembro. A liberação do recurso ocorrida somente no mês de dezembro, impossibilitou o cumprimento das metas dentro do exercício, com isso, o correspondente físico será registrado após a implementação das iniciativas, a partir de 2012. Ainda como parte do programa, a **Ação 2272- GAP**- registra execução de 60,08% do orçamento, isso corresponde a 100% do limite de empenho autorizado e ao total do crédito provisionado e liberado.

A **Ação** orçamentária **6512**- Estudos de Prospecção Tecnológica em Cadeias Produtivas, executada sob a coordenação da SI- Secretaria de Inovação/MDIC, teve execução de 41% do orçamento, se considerarmos a emissão de nota de empenho no mês de dezembro e a inscrição do saldo na conta de restos a pagar. A execução física será executada após a liberação do pagamento, sendo que o Coordenador da **Ação** postou no SIGPlan, justificativa do atraso na implementação do projeto, alegando razões de ajuste técnico, relacionado à elaboração do Termo de Referência, o que impactou no andamento do processo licitatório (pregão eletrônico).

A meta prevista para a **Ação 2374** foi considerada como cumprida, haja vista que o produto da ação é Projeto Apoiado e isso se converte, na medida em que se consuma a celebração do instrumento. Em todos os casos, os projetos sugeridos para essa ação são oriundos de emendas parlamentares incluídas no orçamento do MDIC. A descrição da emenda é que define o beneficiário, podendo ser nominalmente identificada ou genérica, sendo essa última definida a “posterior” pelos parlamentares, no caso de emenda de bancada. Além disso, a meta física é dimensionada na origem das emendas parlamentares, ou seja, no Congresso Nacional. De maneira que o Gerente do Programa não tem ingerência sobre os parâmetros pelos quais a meta física é estabelecida.

O Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2010, determinou a inexistência de limite de empenho para a **Ação 6659**- Extensão Industrial Exportadora. Dessa forma, foi inviabilizada a instalação dos Núcleos Operacionais no exercício.

A **Ação 2692** tem como produto **Empresa Fiscalizada** e durante o ano de 2011, aplicando 56% do orçamento foi possível cumprir a meta (103%) e propor nova metodologia para a fiscalização.

Os recursos da LOA 2011 para a **Ação 2B14**-Pesquisa de Mercado para Arranjos Produtivos Locais/APLs foram destinados ao custeio do convênio, tendo como objeto: "Projeto de apoio à Implantação do Sistema de Logística Reversa para Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos (REEE), em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e o Plano Brasil Maior (PBM), como estímulo ao desenvolvimento tecnológico e sustentável de cadeias produtivas estratégicas". Utilizando-se de 85% do orçamento foi possível o cumprimento integral da meta prevista.

E, finalmente, no tocante a **Ação 6672**, o MDIC apoiou o Projeto IF Design – Design Excellence Brazil, obtendo o melhor resultado dos últimos 5 anos no Prêmio iF Product Design



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

Award 2011, conhecido como Oscar do Design Mundial. Foram 23 premiados, destes 2 são empresas de grande porte, 11 de médio e 10 MPE's.

Quanto à execução das ações **Não Orçamentárias**, que estão sob a responsabilidade do BNDES, códigos: 9852/90BX/90BW/90BV, os registros financeiros demonstram a execução muito acima do previsto. Os responsáveis pelas ações prestaram esclarecimentos, a fim de justificar a execução, tanto que, atribuem a superação das metas previstas para apoio a pequenos projetos de investimentos ( **Ação 90BW**) e financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos(**Ação 90BX**) às iniciativas do Banco de ampliar sua atuação em operações com micro, pequenas e médias empresas.

Sobre os resultados alcançados na ação de apoio aos Setores de Insumos Básicos- **código 9852**- a informação é de que o aumento se deve ao crescimento dos setores de extração mineral, de papel e celulose, que vem se destacando desde 2010.

A justificativa dada para o aumento no desembolso no âmbito da ação **90BV**- Apoio à ampliação e capacitação de oferta de bens e serviços, é a evolução dos desembolsos do Banco, no pós-crise.

Sobre a **Ação Não Orçamentária-9725**- Financiamento de Investimentos Empresarias, de responsabilidade do Banco do Brasil, o seu Coordenador esclarece que a Instituição foi bastante conservadora em seu direcionamento estratégico, mantendo em 2011 o mesmo planejamento de 2010. Observe-se que o investimento do Banco não aumentou em relação ao ano de 2010, todavia o volume de operações foi de 788% a mais do previsto. Isso se justifica, pois a meta prevista ficou muito abaixo daquela dimensionada para o ano de 2010. Os números se conformam, uma vez que a execução física e financeira de 2011 guarda estreita relação com o ano de 2010.

Quanto ao indicador de desempenho do Programa, observa-se que o índice apurado (3,53) se deve ao aumento nas exportações e a estabilidade do dólar. Essa foi a melhor taxa do período verificado ( PPA 2008-2011), tendo superado, inclusive, o índice previsto para o final do PPA (2,630).



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

#### 4 INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

##### 4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro A.4.1 – Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2009	697.524	0	311.165	386.359
2008	336.222	75.000	261.222	0
2005	150.000	150.000		
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito/	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	14.276.240	362.000	675.000	13.239.240

Observações: Fonte: SIAFI / elaboração SPOA/MDIC

##### 4.2 ANÁLISE CRÍTICA

A permanência dos valores inscritos em **Restos a Pagar não processados do exercício de 2009** se deu por força do Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011, que manteve a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 e, ainda, com respaldo nas disposições do Decreto nº 7.511, de 30 de junho de 2011 e da Portaria/MF/STN 673, de 30 de setembro de 2011.

Já os valores inscritos na conta de **Restos a Pagar não processados referentes ao exercício de 2010** foram prorrogados por força do Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011, que alterou o Art. 68, do Decreto nº 93.782, de 23 de dezembro de 1983.

Ressaltamos que ao final de todo exercício financeiro é feita a apuração e análise de todos os valores inscritos em Restos a Pagar ; muitos são pagos, outros cancelados ou reinscritos. Ressalte-se que o saldo de maior relevância, mormente, pertence às transferências voluntárias na modalidade de convênios. Os pagamentos são processados, na medida em que os documentos de liquidação são apresentados; da mesma forma, o cancelamento se dá quando se constata que tais valores não serão efetivamente utilizados.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

A gestão de Restos a Pagar torna-se mais difícil porque o gestor não pode promover o seu cancelamento, ficando no aguardo de condições que possibilitam sua liquidação, muitas vezes oferecidas pelo credor e/ou favorecido.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA SDP**

**5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS**

**5.1.1. DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DA SECRETARIA**

*Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da SDP – Situação apurada em 31/12*

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício 2011	Egressos no exercício 2011
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>		<b>102</b>	<b>5</b>	<b>6</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		<b>102</b>	<b>5</b>	<b>6</b>
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao Órgão		94	1	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		2	1	
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		6	3	3
<b>2. Empregados anistiados regidos pela CLT (2.1+2.2)</b>		<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
2.1. Empregados anistiados regidos pela CLT vinculados ao órgão		1	1	
2.2. Empregados anistiados de outros órgãos regidos pela CLT em exercício no órgão		3		
<b>3. Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>4. Servidores sem vínculo</b>		<b>10</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
5. Total de Servidores (1+2+3+4)		116	9	10

Fonte: Extrator de dados(SIAPE)



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**5.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA SDP**

*Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da SDP – Situação apurada em 31/12*

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>5</b>
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	<b>5</b>
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>3</b>
4.1. Doença em pessoa da família	3
4.2. Capacitação	
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5+5.6)</b>	<b>1</b>
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Licença Incentivada sem remuneração	
5.5. Mandato classista	
<b>6. Outras situações (Anistiados em exercício provisório - § 7º Art.93 Lei nº 8112/90)</b>	
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>9</b>

Fonte: Extrator de dados (Sistema SIAPE)



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**5.1.3. QUANTIFICAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA SECRETARIA**

*Quadro A.5.3 – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ- Situação apurada em 21/12*

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>		<b>38</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior		<b>38</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		20		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1		
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		6	3	3
1.2.4. Sem vínculo		10	3	4
1.2.5. Aposentados				
1.2.6. Empregados anistiados de outros órgãos regidos pela CLT em exercício no MDIC		1		
<b>2. Funções gratificadas</b>		<b>15</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		15		1
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>		<b>53</b>	<b>6</b>	<b>8</b>

Fonte: Sistema SIAPECad e Extrator de dados

**5.1.4. QUANTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA SEGUNDO A IDADE**

*Quadro A.5.4 – Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12*

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>19</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>9</b>	<b>1</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	19	15	16	9	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>17</b>	<b>7</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	12	11	8	6
2.3. Funções gratificadas	1	1	3	9	1
<b>3. Empregados anistiados regidos pela CLT</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
3.1. Empregados anistiados regidos pela CLT vinculados ao órgão					1
3.2. Empregados anistiados de outros órgãos regidos pela CLT em exercício no órgão					2
<b>4. Totais (1+2+3)</b>	<b>21</b>	<b>28</b>	<b>30</b>	<b>26</b>	<b>11</b>

Fonte: Extrator SIAPE



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**5.1.5. QUANTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA SEGUNDO A ESCOLARIDADE**

*Quadro A.5.5 – Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12*

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provedimento de cargo efetivo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>18</b>	<b>34</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira				1	18	34	4	2	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
<b>2. Provedimento de cargo em comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>34</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					2	28	6	2	1
2.3. Funções gratificadas				1	8	6			
<b>3. Empregados anistiados regidos pela CLT</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
3.1. Empregados anistiados regidos pela CLT vinculados ao órgão						1			
3.2. Empregados anistiados de outros órgãos regidos pela CLT em exercício no órgão						1		1	
<b>4. Totais (1+2+3)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>28</b>	<b>70</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>1</b>

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Pasta de Assentamentos Funcionais e Sistema SIAPECad e Extrator de dados

**5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS**

As informações referentes à composição do quadro de servidores inativos e pensionistas do Ministério são centralizadas na Secretaria – Executiva, não sendo possível obter os dados por UJ.

**5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS**

*Quadro A.5.8 – Composição do quadro de estagiários*

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício  (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>Nível superior</b>	11	13	13	9	
<b>Nível Médio</b>	4	6	8	7	
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>14</b>	

Fonte: SPOA/CGRH

**Nota:**

As informações financeiras estão consolidadas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva, não sendo possível informar o custo por UJ.





**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**5.4 DEMONSTRATIVO DE CUSTOS DE PESSOAL DA UJ**

As informações referentes ao custo de recursos humanos do Ministério são centralizadas na Secretaria – Executiva, não sendo possível obter os dados por UJ.

**5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Não houve participação desta Secretaria no custeio da terceirização de mão-de-obra e as informações foram centralizadas no relatório da Secretaria - Executiva.

**5.6. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS**

As informações referentes a Indicadores Gerenciais sobre RH do Ministério são centralizadas na Secretaria – Executiva e compõem o Relatório de Gestão da Unidade.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO**

**6.1 INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO**

**6.1.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2011**

*Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência*

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC									
CNPJ: 00.394.478/0001-43					UG/GESTÃO: 280101/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	610997	87.366.159/0001-02	245.949	127.568	0,00	158.000	31/12/2007	30/04/2011	1
1	702244	76.205.681/0001-96	126.321	6.321	0,00	120.000	31/12/2008	31/12/2011	1
1	702379	95.589.289/0001-32	126.316	6.316	0,00	120.000	31/12/2008	20/01/2011	1
1	701262	15.244.114/0001-54	595.492	175.492	0,00	420.000	31/12/2008	30/06/2011	1
1	702245	07.084.577/0001-78	405.300	165.300	0,00	240.000	31/12/2008	01/04/2011	1
1	702384	07.084.577/0001-78	533.120	113.120	0,00	420.000	31/12/2008	04/04/2011	1
1	702224	76.205.970/0001-95	204.886	64.886	0,00	140.000	31/12/2008	12/06/2012	1
1	702416	05.421.267/0001-76	561.100	141.100	0,00	420.000	31/12/2008	11/09/2011	1
1	702655	07.303.781/0001-32	166.660	16.666	0,00	149.994	31/12/2008	02/03/2012	1
1	702383	11.000.361/0001-54	579.380	159.380	261.222	420.000	31/12/2008	31/10/2011	1
1	702238	78.198.975/0001-63	155.700	25.700	0,00	130.000	31/12/2008	03/09/2011	1



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

1	702380	76.282.664/0001-52	154.640	4.604	0,00	150.000	31/12/2008	30/04/2012	1
1	719497	75.924.290/0001-69	103.700	3.700	0,00	100.000	31/12/2009	13/07/2011	1
1	719512	76.205.962/0001-49	275.403	75.403	0,00	200.000	31/12/2009	10/11/2011	1
1	719966	01.614.415/0001-18	120.700	20.700	0,00	100.000	31/12/2009	30/12/2011	1
1	720021	76.978.881/0001-81	145.000	5.000	0,00	140.000	31/12/2009	12/07/2011	1
1	720050	95.583.597/0001-53	160.700	10.700	0,00	150.000	31/12/2009	12/01/2012	1
1	720196	01.612.443/0001-04	157.500	7.500	0,00	150.000	31/12/2009	13/07/2011	1
1	720191	87.612.818/0001-43	206.000	6.000	0,00	200.000	31/12/2009	12/07/2012	1
1	720219	95.585.444/0001-42	150.017	50.017	0,00	100.000	31/12/2009	30/12/2011	1
1	720242	76.245.059/0001-01	143.500	3.500	0,00	140.000	31/12/2009	10/06/2012	1
1	720218	6.282.698/0001-47	145.600	5.600	0,00	140.000	31/12/2009	07/07/2012	1
1	720333	75.771.261/0001-04	142.860	2.860	0,00	140.000	31/12/2009	12/07/2012	1
1	720524	76.208.495/0001-00	145.500	5.500	0,00	140.000	30/12/2009	30/06/2012	1
1	720288	76.208.842/0001-03	310.000	10.000	0,00	300.000	31/12/2009	30/12/2011	1
1	722090	78.279.981/0001-45	306.140	6.140	0,00	300.000	30/12/2009	09/11/2011	1
1	722028	76.950.039/0001-31	178.656	18.656	0,00	160.000	31/12/2009	13/07/2011	1
1	722396	18.715.433/0001-99	360.000	60.000	0,00	300.000	31/12/2009	30/12/2011	1
1	726113	23.804.149/0001-29	861.010	261.010	0,00	600.000	31/12/2009	28/05/2013	1
1	722840	18.677.625/0001-58	510.205	10.205	0,00	500.000	31/12/2009	13/01/2012	1
1	722874	42.429.480/0001-50	289.368	57.873	111.165	231.495	31/12/2009	30/04/2012	1
1	722857	09.139.551/0001-05	527.878	132.050	0,00	203.949	31/12/2009	30/12/2012	1
1	722863	84.714.682/0001-94	580.280	160.280	0,00	220.000	31/12/2009	30/01/2012	1
1	722879	04.109.447/0001-54	573.820	178.000	0,00	201.340	31/12/2009	31/08/2012	1
1	724484	33.402.892/0001-06	736.200	153.000	0,00	583.200	31/12/2009	30/06/2012	1
1	724423	75.788.349/0001-39	143.000	3.000	0,00	140.000	31/12/2009	30/12/2011	1
1	728751	25.107.525/0001-51	520.833	20.833	0,00	500.000	31/12/2009	02/01/2012	1
1	728795	62.673.454/0001-80	602.355	120.780	0,00	481.575	31/12/2009	30/11/2012	1
1	750648	53.415.717/0001-60	220.000	20.000	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1
1	755164	76.244.961/0001-03	515.000	15.000	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2012	1
1	744099	28.645.760/0001-75	205.000	5.000	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

1	745405	75.845.545/0001-06	408.163	8.163	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1
1	745447	76.205.665/0001-01	160.000	10.000	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1
1	745398	78.113.834/0001-09	154.000	4.000	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1
1	745458	75.969.667/0001-04	306.500	6.500	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1
1	746460	11.097.391/0001-20	319.760	19.760	0,00	0,00	29/12/2010	28/12/2012	1
1	746487	72.836.588/0001-29	102.498	2.498	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1
1	746507	46.248.837/0001-55	326.915	126.915	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1
1	746515	78.600.491/0001-07	204.150	4.150	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2012	1
1	746542	11.097.391/0001-20	319.760	19.760	0,00	0,00	29/12/2010	29/12/2012	1
1	746614	45.307.980/0001-08	331.990	31.990	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1
1	746645	78.121.963/0001-68	259.378	59.378	0,00	0,00	29/12/2010	29/12/2012	1
1	748557	03.119.126/0001-78	348.520	71.220	0,00	277.300	08/11/2010	30/09/2011	1
1	749136	03.119.126/0001-78	333.120	34.400	0,00	298.720	14/09/2010	14/01/2011	1
1	750083	31.244.163/0001-43	136.480	36.480	0,00	100.000	07/12/2010	07/12/2012	1
1	750945	01.613.940/0001-19	257.826	5.156	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1
1	750967	01.131.713/0001-57	423.551	8.471	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1
1	750971	01.135.904/0001-97	257.826	5.156	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	751727	01.157.536/0001-88	423.551	8.471	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	751716	00.006.874/0001-56	257.826	5.156	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	751194	24.850.216/0001-04	257.826	5.156	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	751124	02.506.012/0001-18	257.826	5.156	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1
1	751414	01.005.917/0001-41	423.551	8.471	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	751374	01.219.807/0001-82	423.551	8.471	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	751252	01.135.409/0001-88	257.826	5.156	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	751123	26.867.770/0001-20	257.826	5.156	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1
1	751198	01.105.626/0001-25	423.551	8.471	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	752590	01.005.727/0001-24	432.375	17.295	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	751964	01.123.678/0001-24	257.826	5.156	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	751857	01.291.707/0001-67	423.551	8.471	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	751985	01.067.479/0001-46	432.375	17.295	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

1	751958	01.067.164/0001-07	257.826	5.156	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	751803	59.754.648/0001-04	125.000	25.000	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1
1	751898	63.893.929/0001-07	148.642	3.642	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1
1	751776	07.200.966/0001-11	1.646.520	296.520	675.000	675.000	29/12/2010	05/06/2012	1
1	752096	00.005.959/0001-10	257.826	5.156	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	752253	01.791.276/0001-06	319.244	6.384	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	752095	02.267.698/0001-31	257.826	5.156	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	752057	01.298.975/0001-00	423.551	8.471	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	752158	04.215.377/0001-19	257.826	5.156	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1
1	752199	01.153.030/0001-09	423.551	8.471	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	752125	02.262.368/0001-53	319.244	6.384	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	752093	01.067.248/0001-32	257.826	5.156	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	752154	02.321.115/0001-03	257.826	5.156	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	753267	02.264.166/0001-40	257.826	5.156	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	753268	01.067073/0001-63	257.826	5.156	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	755791	03.119.120/0001-78	170.000	35.000	135.000	135.000	01/07/2011	14/05/2012	1
1	762003	46.415.998/0001-96	221.000	21.000	0,00	0,00	30/12/2011	30/09/2013	1
1	763094	53.415.717/0001-60	220.000	20.000	0,00	0,00	29/12/2011	31/07/2013	1
1	762002	43.352.746/0001-65	234.494	34.494	0,00	0,00	30/12/2011	28/02/2014	1
1	764472	51.842.177/0001-76	102.907	2.907	0,00	0,00	29/12/2011	28/02/2014	1
1	761969	76.958.974/0001-44	230.000	30.000	0,00	0,00	29/12/2011	28/02/2014	1
1	766276	07.200.966/0001-11	388.520	165.600	322.920	322.920	28/12/2011	29/06/2012	1
1	764845	76.460.526/0001-16	516.000	16.000	0,00	0,00	29/12/2011	28/02/2014	1
1	764836	07.200.966/0001-11	720.000	120.000	600.000	600.000	28/12/2011	31/12/2012	1
1	764841	07.200.966/0001-11	982.000	182.000	800.000	800.000	28/12/2011	30/12/2012	1
1	764822	05.507.500/0001-38	1.320.000	132.000	600.000	600.000	28/12/2011	15/11/2012	1
1	764556	05.541.424/0001-87	670.000	70.000	0,00	0,00	29/12/2011	13/03/2013	1
1	764832	07.200.966/0001-11	784.054	95.500	688.554	688.554	28/12/2011	30/06/2013	1
1	764820	05.507.500/0001-38	760.000	80.000	680.000	680.000	28/12/2011	30/04/2013	1



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**6.1.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

*Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios*

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC						
CNPJ: 00.394.478/0001-43				UG/GESTÃO: 280101/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$1,00)		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Convênio	27	48	14	3.298.977	8.635.410	4.612.639
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Parceria	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
<b>Totais</b>	27	48	14	3.298.977	8.635.410	4.612.639

Fonte: SPOA/CGRL – valores consolidados na prestação de contas da SE- Secretaria Executiva

**6.1.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE VIGERÃO NO EXERCÍCIO DE 2012 E SEGUINTE**

*Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes*

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC					
CNPJ: 00.394.478/0001-43			UG/GESTÃO: 280101/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	79	26.312.646	9.899.047	16.413.599	37,62%
Contrato de Repasse	0	0,00	0,00	0,00	0%
Termo de Parceria	0	0,00	0,00	0,00	0%
Termo de Cooperação	0	0,00	0,00	0,00	0%
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	0%
<b>Totais</b>	79	26.312.646	9.899.047	16.413.599	37,62%

Fonte: SPOA/CGRL – Esses valores estão consolidados na prestação de contas da SE- Secretaria Executiva



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**6.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE**

*Quadro A.6.4 – Resumo da Prestação de Contas sobre transferências concedidas pela UJ nas Modalidades de Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse (Valores em R\$ 1,00)*

<b>Unidade Concedente</b>					
<b>Nome: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC</b>					
<b>CNPJ: 00.394.478/0001-43</b>			<b>UG/GESTÃO: 280101 / 00001</b>		
<b>Exercício da prestação de contas</b>	<b>Quantitativos e montante repassados</b>		<b>Instrumentos</b>		
			<b>Convênios</b>	<b>Termo de Cooperação</b>	<b>Contratos de Repasse</b>
<b>2011</b>	Contas Prestadas	Quantidade	17	x	x
		Montante Repassado	4.373.520	x	x
	Contas não prestadas	Quantidade	1	x	x
		Montante Repassado	160.000	x	x
<b>2010</b>	Contas Prestadas	Quantidade	8	x	x
		Montante Repassado	1.828.440	x	x
	Contas não prestadas	Quantidade	2	x	x
		Montante Repassado	225.000	x	x
<b>2009</b>	Contas Prestadas	Quantidade	39	x	x
		Montante Repassado	6.920.541	x	x
	Contas não prestadas	Quantidade	0	x	x
		Montante Repassado	0,00	x	x
<b>Anteriores a 2009</b>	Contas não prestadas	Quantidade	0	x	x
		Montante Repassado	0,00	x	x

Fonte: SPOA/CGRL – Esses valores estão consolidados na prestação de contas da SE- Secretaria Executiva



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**6.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE**

*Quadro A.6.5 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse (Valores em R\$ 1,00)*

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC					
CNPJ: 00.394.478/0001-43			UG/GESTÃO: 280101 / 00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
<b>2011</b>	Quantidade de contas prestadas			17	x
	Com prazo de análise ainda <b>não vencido</b>	Quantidade	Contas analisadas	0	x
			Contas não analisadas	0	x
		Montante repassado (R\$)		0,00	x
	Com prazo de análise <b>vencido</b>	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	x
			Quantidade Reprovada	0	x
			Quantidade de TCE	0	x
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	16	x
Montante Repassado (R\$)	3.951.360		x		
<b>2010</b>	Quantidade de contas prestadas			8	x
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		5	x
		Quantidade Reprovada		0	x
		Quantidade de TCE		0	x
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		3	x
Montante repassado (R\$)		850.000	x		
<b>2009</b>	Quantidade de contas prestadas			39	x
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		18	x
		Quantidade Reprovada		0	x
		Quantidade de TCE		0	x
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		21	x
Montante repassado		3.930.732	x		
<b>Anteriores a 2009</b>	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1	x
		Montante repassado		150.000	x

Fonte: SPOA/CGRL

**OBS:** As informações sobre prestação de contas estão agrupadas e foram consolidadas na SPOA/CGRL, que é a unidade gestora das ações executadas pela SDP. Assim, não é possível obter a informação sobre as transferência relacionadas a esta SDP, devendo ser lançada na Prestação de contas apresentada pela Secretaria Executiva deste Ministério.





**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**6.3 ANÁLISE CRÍTICA**

As informações foram apresentadas pela Unidade Gestora 280101/CGRL e consolidadas na prestação de contas da SE- Secretaria Executiva.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SIASG E SICONV, CONFORME ESTABELECE O ARTIGO 19 DA LEI Nº 12.309, DE 09 DE AGOSTO DE 2010.**

A declaração referente a Unidade Gestora 280101 compõe a prestação de contas da Secretaria-Executiva.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS**

**DECLARAÇÃO**

Declaro que as informações constantes do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG encontram-se regulares e atualizadas. Informo que ainda não foram realizados lançamentos de informações no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, já que o único convênio vigente foi registrado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, antes da obrigatoriedade de registro no SICONV.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012

**DAEL PROFETA DOS REIS**  
Coordenador-Geral Recursos Humanos  
CPF 057.278.391-49



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.**

AS INFORMAÇÕES FORAM CONSOLIDADAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA EXECUTIVA

**9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ**

**9.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS**

*Quadro A.9.1 - Estrutura de Controles Internos da SDP*

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				<b>x</b>	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				<b>x</b>	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				<b>x</b>	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				<b>x</b>	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					<b>x</b>
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					<b>x</b>
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					<b>x</b>
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					<b>x</b>
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				<b>x</b>	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				<b>x</b>	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				<b>x</b>	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				<b>x</b>	
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

**10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS**

**10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

*Quadro A.10.1– Gestão ambiental e licitações sustentáveis.*

<b>Aspectos sobre a gestão ambiental</b>	<b>Avaliação</b>				
<b>Licitações Sustentáveis</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	<b>x</b>				
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	x				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	x				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	x				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	x				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	x				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	x				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	x				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					x
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Campanha efetuada no âmbito do Ministério (Agenda Ambiental) por meio da Intranet e e-mails.				x	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				x	
<b>LEGENDA</b> <b>Níveis de Avaliação:</b> (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é					



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

integralmente aplicado no contexto da UJ.					
-------------------------------------------	--	--	--	--	--

**11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA SDP, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS**

NADA A INFORMAR.

**12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA SDP**

**12.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

*Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ*

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento da área</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	x				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			x		
<b>Perfil dos recursos humanos envolvidos</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Informar quantitativo					
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					x
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					x
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			x		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					x
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			x		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			x		
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					
Informar o percentual de participação					
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	x				
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	x				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	x				
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao					



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

contexto da UJ, porém, em sua minoria. <b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. <b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. <b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--

**13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL**

NADA A INFORMAR. Não se aplica à natureza desta unidade. As informações serão apresentadas no relatório consolidado da Secretaria-Executiva deste Ministério.





**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA SOB A GESTÃO DA UNIDADE**

**14.1 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA SDP**

*Quadro A 14.1- Renúncias Tributárias sob gestão da SDP*

<b>Tributo</b>	<b>Legislação</b>	<b>Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)</b>	<b>Objetivos Socioeconômicos</b>	<b>Contrapartida Exigida</b>	<b>Prazo de Vigência</b>	<b>Medidas de Compensação</b>
Imposto (IPI)	Lei nº 9440, de 14 de março de 1997; Dec. 3893, de 22 de agosto de 2001; Dec. 5710, de 24 de fevereiro de 2006 e Lei nº 11.434, de 28 de dezembro de 2006, Lei nº 12.218, de 30 de março de 2010, Decreto nº 7389, de 09 de dezembro de 2010, MP 512, de 25 de novembro de 2010 e Decreto nº 7422, de 31 de dezembro de 2010	Crédito Presumido do IPI	<b>Lei nº 9.440 -</b> Contribuir para instalação de unidades da indústria automotiva, fomentar o desenvolvimento regional, o aumento do nível de emprego e a descentralização industrial no Brasil.	Implantação dos projetos no prazo máximo de 42 meses, contado da data de sua aprovação.	2020	Realização de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica na região, correspondente a, no mínimo, 10% do valor do benefício.
Imposto (IPI)	Lei nº 9826, de 23 de agosto de 1999, Lei nº 12.218, de 30 de março de 2010, MP 512, de 25 de novembro de 2010 e Decreto nº 7422, de 31 de dezembro de 2010		<b>Lei nº 9.826 -</b> Instituir mecanismos que permitam a ampliação do parque industrial do País, notadamente em regiões geográficas menos favorecidas, atraindo investimentos externos, bem como a melhoria da capacidade das empresas competir no mercado internacional, ampliando o horizonte de atuação e, por consequência, as exportações brasileiras, buscando o equilíbrio das contas públicas e do	Implantação dos projetos no prazo máximo de 42 meses, contado da data de sua aprovação.		2015



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

			aumento do emprego.			
--	--	--	---------------------	--	--	--

Fonte: CAO A, MMC, FORD Motor Company, TCA Componentes Automotivos e Baterias Moura

**14.2 VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA**

*Quadro A 14.2- Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida*

Valores	2011		2010		2009	
	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo
<b>Renúncia</b>	1.588.415	1.505.344	1.246.526	1.363.579	1.357.256	1.165.376
<b>Contrapartida</b>						
<b>Medidas de Compensação</b>						

Fonte: CAO A, MMC, FORD Motor Company, TCA Componentes Automotivos e Baterias Moura

**14.3 CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOA JURÍDICA E FÍSICA**

*Quadro A 14.4- Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas*

UF	2011		2010		2009	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
<b>BA</b>	1	903.529	1	866.770	1	848.448
<b>CE</b>	1	5.337	1	4.420	1	5.914
<b>GO</b>	2	535.517	2	435.436	2	263.266
<b>PE</b>	2	60.960	2	56.951	2	47.478
<b>Σ</b>			-	-	-	-

Fonte: CAO A, MMC, FORD Motor Company, TCA Componentes Automotivos e Baterias Moura



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**14.4 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA TRIBUTÁRIA –  
PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS**

NÃO HÁ REGISTRO - A contrapartida é aplicada na forma da legislação.

**14.5 PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS FINANCIADOS COM CONTRAPARTIDA DA  
RENÚNCIA DE RECEITA TRIBUTÁRIA**

NÃO SE APLICA

**14.6 PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS**

NÃO SE APLICA

**14.7 COMUNICAÇÕES À RFB**

NÃO SE APLICA

**14.8 INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS**

NÃO SE APLICA



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**14.9 DECLARAÇÃO**

**DECLARAÇÃO**

Eu, Heloisa Regina Guimarães de Menezes, CPF nº 618.217.646-68, Secretária do Desenvolvimento da Produção, declaro para os devidos fins, que na concessão e na renovação do benefício tributário previsto nas Leis nº 9.440/1997 e nº 9.826/1999, foi verificada a situação de regularidade dos beneficiários com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social, em consonância com o disposto na Constituição Federal, art. 195, § 3º; na Lei nº 9.069/1995, art. 60; na Lei nº 8.036/1990, art. 27, alínea “c”; e na Lei nº 8.212/1991, art. 47, inciso I, alínea “a”.

Brasília, 30 de março de 2012.

**Heloisa Regina Guimarães de Menezes**  
CPF nº 618.217.646-68  
Secretária do Desenvolvimento da Produção



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**14.10 FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA RECEITA FEDERAL**

NÃO SE APLICA

**15. INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO**

NÃO HOUE OCORRÊNCIA

**16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO.**

NÃO HOUE OCORRÊNCIA



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR**



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
Secretaria Executiva  
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças  
Coordenação de Contabilidade

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

**DECLARAÇÃO PLENA**

**Unidade Gestora Responsável – UGR:** Secretaria do Desenvolvimento da Produção – SDP

**Código da UG:** 280109 - **Gestão:** 00001

Declaro que as informações relativas à execução da Unidade Gestora Responsável, Secretaria do Desenvolvimento da Produção – SDP, integram os demonstrativos contábeis do sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei 4.320, de 17 de março de 1964), e constam das demonstrações contábeis das Unidades Gestoras Executoras 280101- Coordenação - Geral de Recursos Logísticos, 280102 - Coordenação - Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças, e 280104 - Coordenação - Geral de Recursos Humanos, e refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial, consolidados no Processo de Tomada de Contas da Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 8 de março de 2012.

  
**GECILENE RIBEIRO COELHO**  
Coordenadora  
CRC - 6074-DF